



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

RAFAEL SOARES CAVALCANTE

A RESPONSABILIDADE SUBJETIVA NA PSICANÁLISE LACANIANA

FORTALEZA

2022

RAFAEL SOARES CAVALCANTE

A RESPONSABILIDADE SUBJETIVA NA PSICANÁLISE LACANIANA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia do Departamento em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Vlória Jamile dos Santos Jucá.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C364r Cavalcante, Rafael Soares.
A responsabilidade subjetiva na psicanálise lacaniana / Rafael Soares Cavalcante. – 2022.
49 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Curso de Psicologia, Fortaleza, 2022.
Orientação: Profª. Dra. Vlândia Jamile dos Santos Jucá.
1. Responsabilidade subjetiva. 2. Inconsciente. 3. Sujeito. 4. Psicanálise lacaniana. I. Título.
- CDD 150
-

RAFAEL SOARES CAVALCANTE

A RESPONSABILIDADE SUBJETIVA NA PSICANÁLISE LACANIANA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia do Departamento em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Aprovada em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Vlândia Jamile dos Santos Jucá (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ma. Camila Quinteiro Kushnir

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Antonio Cristian Saraiva Paiva

Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Rosa e Luiz, por todo o apoio, carinho, amor, dedicação, intenso investimento e, em muitas ocasiões, suados sacrifícios. Trilhar o caminho da educação me trouxe até aqui hoje e nada disso seria possível sem vocês. Ao meu irmão, que nunca deixou de me incentivar nas horas em que as coisas ficavam difíceis. A Yasmim, pelo companheirismo, pela partilha e pelo afeto. Aos meus tios, pelo acolhimento.

Aos meus amigos e amigas, do Piauí ao Ceará: pelas palavras ditas, pelos abraços trocados, pelas lágrimas derramadas, pelas angústias acolhidas, pelas cervejas divididas. Cada pedaço do meu percurso é o traçado daquilo que de vocês foi marcando a minha história ao longo dos últimos anos. Jamais saberia colocar em palavras minha gratidão e emoção de sempre ter tido vocês por perto.

Ao Augusto, pela escuta ética, política, implicada e rigorosa: hoje efetivamente posso dizer que se tornou possível, finalmente, desejar.

À Prof^a. Dra. Vlândia Jucá, pela orientação, leitura crítica e por ter aceitado a empreitada dessa pesquisa tão importante para o meu percurso acadêmico e profissional.

Aos professores participantes da banca examinadora, Ma. Camila Quinteiro Kushnir e Prof. Dr. Antônio Cristian Saraiva Paiva, pela leitura, pelo tempo e pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos meus amigos, amigas e camaradas da psicanálise: Paulo Henrique, por me apresentar em 2019 um lugar diferente dentro desse campo e por estar por perto nas trocas valiosas e instigantes desde então. Ao Borda Lacaniana, pela produção teórica, política, rigorosa e virulenta. À Karine, por não ter recuado de dizer o que tinha que ser dito naquela fatídica manhã de dezembro.

Note bem. Lacan está morto. O que ele disse não depende mais dele. Depende de nós, de mim. Escrevo para pensar as consequências teóricas e clínicas do que entendi daquilo que li do que foi recolhido do que ele teria dito, e para debater com outros, que fizeram com que Lacan dissesse o contrário do que eu encontro nos escritos que lhe são atribuídos. (GOLDENBERG, 2019, p. 9).

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo investigar como se configura o debate acerca da responsabilidade subjetiva na psicanálise de orientação lacaniana. Diante da ampla produção teórica de Jacques Lacan, foram investigadas as leituras dos psicanalistas a partir da obra do psicanalista francês. Para se adequar ao objeto de pesquisa, foi utilizada a hermenêutica desconstrutiva aliada à desleitura como método de pesquisa, leitura e tratamento dos textos. Recorrendo às principais referências bibliográficas, foi possível estabelecer três maneiras distintas de colocar a discussão. A primeira, mais recorrente, é a proposta da responsabilidade subjetiva, na qual o inconsciente é lido como um atributo pelo qual o analisando deve se fazer responsável. A segunda afirma que não há uma teorização da responsabilidade subjetiva dentro da teoria lacaniana. O argumento propõe que Lacan não estava convocando os analistas a se responsabilizarem subjetivamente, mas a saberem como postular e responder pelo conceito de sujeito. A terceira vertente do debate fundamenta-se no cuidado em não fazer uma leitura individualista da problemática da responsabilidade. A partir da terceira proposição, considera-se fundamental que a responsabilidade na psicanálise lacaniana seja coletiva.

Palavras-chave: Responsabilidade subjetiva; Inconsciente; Sujeito; Psicanálise lacaniana.

ABSTRACT

This paperwork had the objective investigate how to configure the discussion about the subjective responsibilities on psychoanalysis of Lacanian orientation. Before the wide theoretical production of Jacques Lacan, the psychoanalysts' readings were investigated from the work of the French psychoanalyst. In order to adapt to the research object, it was used as a method of research a deconstructive hermeneutics allied to misreading. Resorting the main bibliographic references, it was possible to establish three ways of putting the discussion. The first one, most recurrent, is the proposal of subjective errand, in which the unconscious is taken as an attribute for which the analysand must make itself responsible. The second one claims that there isn't theorization of subjective responsibility within the Lacanian theory. The argument proposes that Lacan wasn't convoke the analysts to take responsibility subjectively themselves, but to know how to conceive and respond to the concept of the subject. The third perspective of the debate is based of not to make an individualistic reading of the problem of responsibility. From the third proposition, it is essential that commitment in Lacanian psychoanalysis be collective.

Keywords: Subjective responsibility; Unconscious; Subject; Lacanian psychoanalysis.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	METODOLOGIA	15
3	O SUJEITO É RESPONSÁVEL PELO SEU INCONSCIENTE.....	19
3.1	As premissas teóricas.....	19
3.2	Novos manequins, velhas roupagens.....	20
3.3	Desleitura: o Lacan milleriano de Forbes.....	23
3.4	Psicanálise: razão de um extrapolamento.....	26
4	NÃO HÁ EM LACAN UMA TEORIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA.....	29
4.1	Para o sujeito: o argumento criacionista.....	29
4.2	Para o inconsciente: uma outra topologia.....	32
4.3	Para a responsabilidade: uma outra leitura.....	36
5	CONCLUSÃO	42
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Diante da ampla produção teórica de Jacques Lacan (1926-1981)¹ e as ressonâncias dos seus Escritos, Seminários e Conferências dentro do campo psicanalítico, busco investigar aqui as leituras dos psicanalistas a partir daquilo que Lacan disse. É preciso demarcar que apesar da minha investigação não pretender buscar em Freud as “origens” para as questões que aqui trabalho, haverá ocasiões que retomar o vienense será crucial para a compreensão do que se discute. Mais especificamente, levanto a seguinte questão: como se configura, na atualidade, o debate acerca da responsabilidade subjetiva a partir de autores filiados à teoria de Lacan? Tendo em vista a amplitude da discussão e as divergências teóricas encontradas, destaco aqui o que identifico como três perspectivas distintas de abordar a mesma questão. Podemos enumerá-las da seguinte maneira:

1. O sujeito é responsável pelo seu inconsciente.
2. Não há em Lacan uma teorização da responsabilidade subjetiva.
3. A responsabilidade subjetiva está intrinsecamente relacionada com as dinâmicas do capitalismo.

Essas três formas distintas de desenhar um debate que se encontra plasmado dentro da teoria lacaniana demarcam as justificativas desse trabalho. Primeiro, pela sua contribuição teórica e epistemológica para o campo psicanalítico de orientação lacaniana, onde pretendo discutir as diferenças conceituais entre os autores de referência no tema. Segundo, pela importância de assumir uma posição dentro desse debate, posição propriamente ética que implica em escolher usar ou não tal operador conceitual dentro da prática clínica. A questão central que norteia essa discussão, parte de outras, mais básicas: somos ou não somos responsáveis por nosso inconsciente? Se somos, em que sentido se pode falar de uma responsabilidade articulada ao inconsciente? Ao retomar os escritos e seminários de Lacan, em seu diálogo constante com outros campos epistemológicos, proponho que não há uma teorização da responsabilidade subjetiva dentro da teoria lacaniana. Dizer “não há” parte de uma leitura e isso não implica necessariamente que aqui forneço a mais verdadeira, nem que não possam existir outras: inclusive, elas existem e serão discutidas no decorrer do presente texto.

Antes de nos atermos às formas como se discute sobre responsabilidade subjetiva

¹ Utilizo como referência para datar o período de produção teórica de Jacques Lacan (textos, cartas, aulas, conferências, intervenções e seminários) o censo realizado pela *École lacanienne de psychanalyse*. A versão completa dessa cronologia em francês encontra-se disponível no site: <https://ecole-lacanienne.net/bibliolacan/pas-tout-lacan/>. Acesso em: 5 de nov. 2021.

dentro da psicanálise – me refiro às três perspectivas enumeradas acima –; é preciso primeiro destacar as camadas semânticas do termo, partindo, portanto, do seu lugar de origem: a Filosofia do Direito. Villey (2005), em seu Esboço histórico sobre o termo responsável, afirma que há dois sentidos para o termo “responsável”: um propriamente jurídico e outro moral. Do emprego propriamente jurídico (sentido objetivo), o autor conclui que em origem, responder ou ser responsável, não implicava de maneira alguma a culpa, ou mesmo o fato do sujeito submetido (VILLEY, 2005). Assim, "São responsáveis [...] todos aqueles que podem ser convocados diante de um tribunal, porque pesa sobre eles uma determinada obrigação, proceda ou não a dívida de um ato de sua vontade livre." (VILLEY, 2005, p. 141). Por outro lado, em se tratando do emprego moral do vocábulo (sentido subjetivo), é somente a partir da captação, pela moral cristã, que o termo "responsável" percorreu um itinerário a um outro tipo de discurso, retornando à linguagem jurídica moderna e ganhando da viagem os ecos do tribunal divino:

O tribunal de Deus [...] não decide o litígio entre uma pluralidade de partes, indivíduos ou sociedade. Cada um de seus julgamentos não interessa senão a *um* sujeito único [...]. Enquanto a justiça humana é útil, visando a uma prestação *futura*, Deus não se ocupa senão do passado. Nós não respondemos por uma *dívida*, um ônus, por um serviço a realizar, mas pela conduta por nós observada ao longo de nossa peregrinação terrena. (VILLEY, 2005, p. 142-143, grifo do autor).

E mais:

Como a matéria da lei moral é "o agir" humano, Deus julga os atos. Seus caracteres mais ou menos *culpáveis*. Deus sonda os rins e o coração. Ele avalia a intenção subjetiva. É ela que nos faz *responsáveis* em seu tribunal. O ato culposo se torna a causa dessa forma de *responsabilidade*. (VILLEY, 2005, p. 143, grifo do autor).

Assim, nessa forma de responsabilidade, os atos humanos – em seus caracteres mais ou menos culpáveis – são julgados a partir de um tribunal divino. Isso é o que caracteriza o segundo sentido destacado pelo autor dentro da Filosofia do Direito, sentido esse propriamente subjetivo, da alçada de um sujeito. Entretanto, é preciso acrescentar que a moral moderna e religiosa tal como apresentada por Villey se laiciza e isso ressoa, mais uma vez, nos sentidos possíveis do termo. Para Villey (2005), passamos da lei moral revelada por Deus a Moisés à lei moral “natural” inscrita na consciência de cada homem, aos imperativos da “razão”, aos substitutos de Deus e ao sujeito ativo, responsável pelo seu foro íntimo, subjetivo e pessoal. Dois usos diferentes do mesmo termo, um propriamente objetivo, outro subjetivo.

Após um sobrevoo pela Filosofia do Direito, vamos retornar à teoria lacaniana para compreender que uso fazem os psicanalistas do vocábulo. Certamente, há muitas

maneiras de começar a discutir sobre responsabilidade dentro da teoria lacaniana, escolho aqui a que mais causou mal-entendidos: o escrito *A ciência e a verdade*, de 1966. Neste, Lacan (1966c/1998, p. 873) escreve a tão repisada frase: “Por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis”. Tal citação se tornará um divisor de águas na técnica psicanalítica e na produção teórica dos lacanianos nos anos seguintes. Seja por erro de tradução, por descontextualização ou por uma decisão de leitura intencionalmente deliberada: a confusão teórica a partir do que disse Lacan vai ter consequências clínicas importantes e o panorama contemporâneo conta com, no mínimo, três perspectivas de abordar a questão.

A primeira perspectiva poderíamos resumir no seguinte axioma: *o sujeito é responsável pelo seu inconsciente*. Entretanto, como não se escuta isso como se fosse qualquer coisa, é necessário questionar aqui qual sujeito, qual responsabilidade e que inconsciente é esse. Endereçar perguntas básicas e elementares ao texto, entender os fundamentos de tal operador teórico, como isso opera na clínica, quais referências são usadas (e como são usadas) para elaborar uma responsabilidade do sujeito pelo inconsciente.² O nome mais significativo aqui é Jorge Forbes. No seu livro *Inconsciente e responsabilidade: psicanálise do século XXI*, Forbes vai elaborar, dentro de uma perspectiva freudolacanianana³ de psicanálise, como o sujeito pode (e deve) se responsabilizar pelo seu inconsciente. Vamos voltar ao texto “A ciência e a verdade” *com Forbes*:

A consequência, para Lacan (1966a/1998), é que, como dissera ele em “A ciência e a verdade”, “por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis” (p. 873). Jacques Lacan sabia que essa proposta poderia horrorizar a muitos. Diz: “Que chamem a isso como quiserem, terrorismo” (p. 873). No entanto, o que pretendemos defender nesta tese é que, ao contrário do suposto terrorismo, a responsabilidade pelo inconsciente é o melhor tratamento que podemos dar ao laço social humano, especialmente em uma época como a nossa, do declínio da função paterna. (FORBES, 2012, p. 6)

² Intencionalmente aqui na introdução apenas lanço as perguntas, destacando o modo como tratarei os textos daqui em diante. A discussão pormenorizada será feita no Capítulo 1. Por enquanto, destaco apenas a leitura dos autores do texto “A ciência e a verdade.”

³ É possível entender o que seria uma perspectiva freudolacanianana de psicanálise de muitas maneiras. De acordo com Costa (2020), o termo consta frequentemente na apresentação de instituições psicanalíticas, descrevendo seus trabalhos, textos, artigos, revistas, cursos – como, por exemplo: “a psicanálise de Freud à Lacan”, muitas vezes tratando a obra do último como um prosseguimento, um avanço, daquilo que já estaria no primeiro, e “a psicanálise de Freud e Lacan”, que supõe que é preciso tomar estes autores juntos para a compreensão da experiência psicanalítica. Esta denominação é legítima de uma leitura – uma política, estratégia e tática de transmissão e de prática – por meio da qual muitos profissionais da saúde mental se denominam como sendo psicanalistas freudolacanianos. Em relação a Freud, este passa a ser lido com Lacan em um modo de se buscar um sentido e relação entre o pensamento de ambos. Tal leitura produz uma série de ambiguidades na compreensão dos conceitos e são inúmeras as referências que hoje discutem os conceitos da teoria psicanalítica a partir de uma rigorosa desambiguação conceitual e teórica entre Freud e Lacan, cito apenas algumas: ARRUDA, 2020; CARMO, 2020; DUTRA, ARAÚJO, MEZZA, 2021; EIDELSZTEIN, 2017, 2020; GOLDENBERG, 2019; KUSHNIR, 2020.

Forbes parte do texto lacaniano e da famosa frase de 1966 para teorizar uma responsabilidade subjetiva pelo inconsciente e pela forma singular de gozar do próprio sintoma. Se nos reportamos novamente à Villey, poderíamos dizer que o sentido imprimido por Forbes ao termo responsabilidade é de cunho subjetivo, um sujeito responsável por aquilo que cativa no seu foro íntimo e uma responsabilidade onde, na origem, temos um sujeito como causa. Para Eidelsztein (2015/2021), esse tipo de leitura se traduz como um profundo mal-entendido, um erro grave de tradução e uma concessão do psicanalista à moral capitalista. Vejamos o que este último diz.

Eidelsztein é a referência dentro daquilo que aqui enumero como a segunda perspectiva, cuja redução em termos mínimos podemos fazer da seguinte maneira: *não há em Lacan uma teorização da responsabilidade subjetiva*. Usarei a segunda perspectiva, que se sustenta a partir de uma perspectiva lacaniana⁴ de psicanálise, para fazer um contraponto às ideias apresentadas na primeira. A respeito da famosa frase de Lacan, vamos voltar ao escrito “A ciência e a verdade” *com Eidelsztein*:

O que faz Lacan nesta frase é postular, situar, localizar o conceito de sujeito com o qual opera a psicanálise, o que ninguém fez antes dele: concebê-lo como “sujeito da ciência”. Não disse que cada um de nós deve fazer-se responsável de suas questões enquanto sujeito, senão que os analistas devem ser responsáveis, ou seja, como já vimos, devem poder responder como concebem, postulam o sujeito em sua teoria, em sua prática e em seu diálogo com as ciências e disciplinas afins. (EIDELSZTEIN, 2015/2021, p. 45).

De um lado, a discussão vai em direção a responsabilidade subjetiva que o sujeito deve ter com o inconsciente. Por outro lado, a leitura de Eidelsztein indica que, em 1966, Lacan não estava falando de nos responsabilizarmos enquanto sujeitos por nossas questões subjetivas, íntimas, mas sim sobre nos tornarmos responsáveis pelo *conceito de sujeito*, responder por isso, saber como postular, conceber, operar com esse conceito. Novamente, um sentido subjetivo e um objetivo. Teríamos aí, no mínimo, duas clínicas possíveis. De um lado, responsabilidade do analisando (responsabilidade subjetiva). Do outro, responsabilidade do analista (responsabilidade objetiva). O que nos leva à terceira vertente do debate.

A última perspectiva sobre a responsabilidade subjetiva em psicanálise poderia ser

⁴ Apesar de longamente explicado na nota anterior, julgo necessário insistir: uma perspectiva lacaniana de psicanálise afirma-se a partir da desambiguação teórica entre Freud e Lacan. Não há uma continuação entre ambos os autores, nem muito menos se parte do princípio de que ambos disseram a mesma coisa. Não nos cabe aqui julgar quem – entre freudianos, lacanianos e freudolacanianos – detém a verdade última sobre os textos ou qual a leitura mais verdadeira de Lacan. Como bem disse Goldenberg (2019, p. 9), na abertura do seu livro *Desler Lacan*: “Lacan está morto. O que ele disse não depende mais dele, depende de nós, de mim. Escrevo para pensar as consequências teóricas e clínicas do que entendi daquilo que li do que foi recolhido do que ele teria dito, e para debater com outros, que fizeram com que Lacan dissesse o contrário do que eu encontro nos escritos que lhe são atribuídos.”.

resumida assim: *tal noção está intrinsecamente relacionada com as dinâmicas do capitalismo*. Aqui já não se fala mais somente de um debate em torno de conceitos como sujeito, inconsciente, responsabilidade, subjetivo, objetivo: é necessário colocar no horizonte um debate que seja pensado a partir das conjunturas econômicas, políticas e sociais em que vivemos. Teoricamente, também se opõe a toda e qualquer ideia de responsabilidade subjetiva para a clínica psicanalítica de orientação lacaniana. Entretanto, por aqui, a oposição não é meramente conceitual, mas política. A referência, portanto, é o Grupo Borda Lacaniana⁵ e os autores que compõem tal grupo. Vejamos, na íntegra, como se posicionam:

Vejam bem, uma coisa é ser crítico à responsabilidade subjetiva apoiando-se na má interpretação de um texto como “A ciência e a verdade”. Outra coisa é ser contra a responsabilidade subjetiva porque estamos diante de uma concepção clínica em que um dos operadores fundamentais está absolutamente alinhado com um sistema econômico-social que se atrela ao ideal de maximização da responsabilidade através da categoria de indivíduo. De um lado temos uma oposição técnica, de precisão de leitura, do outro temos uma oposição fundamentalmente política. Essa segunda nos parece mais potente. (BORDA LACANIANA, 2021b).

Essa pesquisa se encontra em curso e não contamos ainda com referências suficientes para propor aqui uma discussão mais detida sobre o assunto. Ainda assim, farei breves desenvolvimentos a respeito disso no Capítulo 2. O que é central aqui e digno de sublinhar é que dentro do debate, podemos pensar a responsabilidade como: 1. do analisante, de individualmente saber fazer com o seu inconsciente, com seu sintoma, seu gozo; 2. do analista, de saber operar com o conceito de sujeito, responder por isso, apoiado na leitura rigorosa do que foi dito por Lacan; 3. dos analistas, de maneira coletiva, de assumirem um posicionamento político para a psicanálise que se oponha a toda e qualquer categoria decorrente de um sistema econômico capitalista. Vamos desenvolver as linhas 1 e 2, em uma argumentação que faça uma oposição entre ambas. Aqui se trata de analisar criticamente a posição apresentada no capítulo 1 a partir do que é proposto no capítulo 2. Farei um esforço, portanto, de reunir o máximo possível de bibliografia sobre o tema, para que o leitor possa se reportar a elas caso se interesse em se aprofundar na discussão.

⁵ Dissolvido em 2022, o Grupo Borda Lacaniana era um grupo de psicanalistas brasileiros, desterritorializado em sua extensão pelo país, que entendia a importância de: 1) Sustentar que a proposta de Lacan é nítida para aqueles que se debruçam com rigor sobre seu ensino; 2) Retirar Lacan da figura ilegível produzida pelo efeito do tempo, que torna sua obra um extenso enigma das eras, para colocar no lugar dessa figura - ou de sua autoridade como autor - um discurso coerente que pode ser transmitido de forma clara, criticado sem cerimônia e questionado em sua amplitude e consequências e 3) Fundar um grupo que entenda a importância da formação de um analista em um território que não esteja marcado pela tradição de seus descobridores, que não seja regido pelas leis da tribo, que não viva engessado em seus códigos de conduta e rituais necessários.

2 METODOLOGIA

Exposto o tema de forma breve, vamos ao método que irá nortear esse estudo. Os métodos de pesquisa em psicanálise que se decidem pela preeminência da clínica em detrimento da teoria não nos servirão aqui⁶. Isto por razões de que, partindo de Lacan, é necessário aceitar a premissa de que primeiro vem a teoria, o conceito, os axiomas básicos, e é isto que induz a existência de uma clínica, de uma experiência (VAZ DE MELO, 2020). No fim, é disso – do conceito – que se depreende a existência *ou não* daquilo que costumeiramente tomamos como dado, imediato e sensível. Tudo isso para justificar que a escolha por um método de pesquisa foi pensada partindo desses mesmos pressupostos teóricos. Nessa linha, utilizo a hermenêutica como recurso metodológico. Mais especificamente, a área da hermenêutica que se volta para uma leitura do tipo desconstrutiva.

De acordo com Campos e Coelho Jr (2010), a leitura desconstrutiva vai afirmar a alteridade radical no seio do próprio horizonte interno da obra, perspectiva que se alimenta do retórico e do contingente para evidenciar os limites das teses centrais de um texto, evidenciando as ilusões dogmatizantes de uma identidade de sentido, em uma incessante transgressão. Dessa maneira,

O procedimento desconstrutivo é bastante metódico uma vez que está preocupado com as articulações internas do texto. [...] Percebe-se que, a partir do momento em que a coerência do horizonte interno da obra perde sua certeza, o problema das articulações internas do texto ganha um novo estatuto. O procedimento desconstrutivo, assim, é um mergulho no texto, porém pautado por uma lógica não-identitária ou suplementar. [...] A lógica suplementar age entrelaçando os sentidos e mostrando como suas condições de possibilidade remetem ao seu outro irreduzível, a sua própria impossibilidade. Nesse sentido, a ambiguidade não é pacificada ou contida, mas sustentada, mostrando como o que é representado se articula ao que está na sombra. (CAMPOS; COELHO JR, 2010, p. 253).

As aproximações entre essa concepção de hermenêutica desconstrutiva e sua inserção dentro do debate psicanalítico se dá, conforme Campos e Coelho Jr (2010) a partir do

⁶ Dentro das referências sobre pesquisa em psicanálise, majoritariamente os autores se dividem em duas perspectivas: pesquisa *em psicanálise* e pesquisa *sobre psicanálise*. À primeira, se destacam os argumentos lançados por Garcia-Roza (1994), autor que é categórico e restritivo com relação à pesquisa acadêmica em psicanálise, ao afirmar que se ela é acadêmica, não é psicanalítica: o verdadeiro laboratório de pesquisa é a prática clínica fundada na transferência, e esta se passa no consultório e não nos *campi* universitários. À segunda, costumeiramente – mas não exclusivamente – realizada dentro das universidades, o que teríamos é uma pesquisa *sobre* psicanálise. Nesse sentido, o que se coloca por parte da primeira é algo da ordem de uma espécie de protesto em direção à segunda: "só quem conhece por experiência pessoal a psicanálise é que pode dizer coisas sensatas sobre ela, [...] proclamando as excelências do método clínico, mas sem dizer exatamente no que consistem [...]." (MEZAN, 2006, p. 231). Autores como Tavares e Hashimoto (2013) optam por três divisões: pesquisa a partir de estudos de caso (a partir da clínica e do manejo transferencial), pesquisa a partir da clínica em extensão (tem como objeto a cultura, a sociedade, instituições etc.) e pesquisa teórica em psicanálise (apesar do enfoque metapsicológico, ainda mantém como pressuposto o saber fundamentalmente clínico).

trabalho de Derrida e, posteriormente, na caracterização de uma metodologia especificamente psicanalítica de leitura preconizada por Laplanche. Dessa aproximação nos interessa como pista metodológica o modo rigoroso de tratamento dos textos. Modo esse que, apesar das diferenças, mantém certa proximidade com a proposta da Desleitura, tal como formulada por Harold Bloom e retomada por Ricardo Goldenberg. Este, ao recuperar o conceito de desleitura daquele, afirma que dos vários autores da crítica literária que trabalharam a questão da leitura a partir da expropriação da teoria de Freud, Bloom foi um dos poucos que conseguiram entender a novidade freudiana no tratamento do relato (GOLDENBERG, 2019). Apesar de não aparecer nos artigos sobre pesquisa em psicanálise, alinhar a metodologia da hermenêutica desconstrutiva à desleitura nos fornece elementos interessantíssimos. Não existiria nada mais apropriado para nosso objeto de estudo, visto que aqui se trata, no final das contas, de leitores e desleitores da obra lacaniana.

Harold Bloom soube como retirar da teoria freudiana o que lhe era necessário para a elaboração de uma teoria da poesia, propondo o conceito de desleitura, que Goldenberg, retomando aquele, define da seguinte maneira:

O crítico postula que há leitores fracos e *leitores fortes*. Estes últimos não leem, “desleem” (*misread*), porque a leitura, no sentido forte do termo, opera como um “romance familiar” – no sentido de Freud –, ou seja, como a reescrita de um outro texto. Os poetas, porque se trata de uma teoria da poética, os poetas desleem uns aos outros, ao fazerem seus poemas. [...] Um poema “lê” poemas anteriores, de outros poetas ou do mesmo poeta como outro. Não existem textos isolados, apenas relações *entre* textos. E tais relações são já atos críticos. *A crítica*, ou seja, a leitura, pode não ser necessariamente uma avaliação, mas é sempre *uma decisão*, e o que se decide é o significado. Deste modo, toda poesia seria crítica em verso, bem como toda crítica, poesia em prosa. (GOLDENBERG, 2019, p. 35-36, grifo do autor).

Ao fazer uma relação entre textos, decidimos sobre seu significado. Tal decisão não é uma decisão isolada, mas inserida dentro de uma estrutura política, ética e institucional. Isso não é diferente dentro do nosso campo. Há muitas maneiras de relacionar os textos do francês de uma maneira intencionalmente pensada para decidir sobre o significado desses. É precisamente isso o que seria uma leitura, que a depender do tipo de estratégia que utiliza, pode ser considerada como uma leitura forte ou uma leitura fraca. Esta maneira de trabalhar com o texto dos autores têm incidências teóricas e clínicas importantes. Em se tratando de leitores fortes, trago uma outra citação:

É frequente um leitor forte virar um *revisionista*. Como a palavra “revisão” indica, está em jogo ali um redirecionamento levando a uma reestimação ou reavaliação de textos que, com frequência, se propõe a ser corretiva. Haveria ali um ideal de leitura verdadeira e uma pretensão a restaurar uma verdade que já estaria no escrito mesmo e que o leitor considera extraviada, sem perceber que esta verdade textual estaria sendo produzida pela sua leitura que, nesse sentido, seria uma verdadeira escrita. O

leitor forte deslê o outro para fundar a sua própria escritura. Espero que se reconheça nesta descrição o modo de Freud ler (criar) seus precursores, assim como também o Freud de Lacan. (GOLDENBERG, 2019, p. 37, grifo do autor).

O método de leitura aqui implica que, ao revisar um texto, parto de um ideal de leitura verdadeira, a pretensão de restaurar uma verdade que já estaria no escrito mesmo. Para o autor, não percebemos que, como leitores, produzimos essa verdade textual no ato mesmo de leitura. Deslemos os autores para fundar a nossa própria escritura. Exemplos disso: o “Complexo de Édipo” é uma desleitura de Freud da obra de Sófocles; o conceito de *Tyche* e *athomaton* é uma desleitura de Lacan da “pulsão de morte” de Freud; o conceito de significante tal como pensado por Lacan, é uma desleitura do signo linguístico tal como elaborado por Saussure (GOLDENBERG, 2019).

Pretendo aqui, portanto, me apropriar da hermenêutica desconstrutiva e suas aproximações com a psicanálise como método de pesquisa, aliando isso à desleitura como modo de operar sobre um texto. Diante disso, na linha dos exemplos citados no parágrafo anterior, autores como Forbes, Eidelsztein e o Grupo Borda lacaniana se colocam para nós como leitores e desleitores da obra lacaniana. Há, no método de pesquisa e leitura desses autores, uma estratégia que decide sobre o significado daquilo que objetivam produzir a partir da teoria lacaniana. Pretendo discutir isso minuciosamente, capítulo por capítulo, enfatizando os conceitos utilizados por cada autor (ou grupo de autores) e a estratégia que se sobressai na forma de desconstrução e desleitura do texto. Hoje em dia é indiscutível, para toda epistemologia, que a discussão científica gira em torno de ideias, e a discussão em torno de ideias é sempre uma ideia contra outra, não há outra maneira (EIDELSZTEIN, 2017, tradução nossa).

Dito isso, a partir das categorias conceituais “responsabilidade”, “inconsciente” e “sujeito”, pretendo investigar como estas se articulam dentro das perspectivas citadas. A investigação se propõe a responder à questão de como se configura, atualmente, o debate sobre responsabilidade subjetiva dentro da teoria lacaniana. Entretanto, não somente apresentar um panorama, mas assumir um posicionamento enquanto pesquisador dentro desse debate. Sustento, portanto, que não há dentro da teoria lacaniana uma conceitualização da responsabilidade subjetiva para a clínica psicanalítica. Podemos afirmar que há uma convocação de Lacan para que os analistas respondam pelo conceito de sujeito tal como ele insistentemente propôs ao longo do seu ensino. Isso não é o mesmo que se responsabilizar pelas suas questões pessoais e subjetivas, como geralmente o aforismo é lido. Dentro do percurso bibliográfico, alguns nomes serão recorrentes: Jorge Forbes e autores que propõem a

Clínica do Real (perspectiva 1) e Alfredo Eidelsztein e os autores que trabalham a partir de uma desambiguação teórica entre Freud e Lacan (perspectiva 2). Estes representam o que denomino como os vértices dessa triangulação teórica, cujas arestas e ângulos – apesar de não completamente desenvolvidos teoricamente - nos remete a outros nomes próprios, como Flávia Dutra, Augusto Vaz de Melo, Jefferson Soares, Liége Lise, Elza Macedo, entre outros.

3 O SUJEITO É RESPONSÁVEL PELO SEU INCONSCIENTE

3.1 As premissas teóricas

Forbes (2014) afirma que, em se tratando da clínica psicanalítica do seu nascimento até os dias de hoje, poderíamos dividir a história da psicanálise em quatro momentos: 1) o original, da escuta freudiana; 2) o de sentir o que não pode ser dito, ainda em Freud; 3) o de uma nova escuta, filtrada pela ciência, em Lacan e 4) o da implicação, tempo atual, também em Lacan. Apesar do didatismo na separação da clínica psicanalítica em quatro momentos, é possível dizer que o último é o primeiro com outra roupagem. Assim, o que Forbes chama de momento da implicação, possível a partir de Lacan, nada mais é que vestir a proposta lacaniana com acessórios freudianos.

Existe uma lógica por trás da ideia do último momento da clínica psicanalítica, momento da implicação, da responsabilidade subjetiva, da retificação subjetiva, avatares conceituais de um mesmo pressuposto: um sujeito responsável pelo inconsciente. Este pode aparecer nas discussões teóricas sob diferentes máscaras: desde a ideia dominante do gozo no próprio sintoma até a suposição de sentimentos de prazer na vivência de violências. Não é necessário que seja colocado os termos “responsabilidade” e “inconsciente” dentro de um texto teórico ou em uma discussão clínica para que a lógica subjacente às noções esteja lá. Assim, é uma ideia majoritariamente aceita. O que nos leva a indicação de Lacan (1953/1998a, p. 250): “Essa é uma explicação de aparência tão compreensível que bem poderia dispensar-nos de compreender. A intuição é ágil, mas uma evidência deve ser-nos tão mais suspeita quanto mais se torna uma ideia aceita.”.

Se o que se diz – um sujeito responsável pelo inconsciente –, se fundamenta, só é possível desde que se aceite: 1) uma leitura freudolacaniana de conceitos como sujeito, inconsciente e responsabilidade e a intenção deliberada de interpretação no trato dado por Forbes ao texto *A ciência e a verdade* de Lacan; 2) uma leitura evolucionista da teoria lacaniana, adotando a preeminência de um registro sobre o outro, resultando no ultimíssimo Lacan e sua orientação clínica para o Real, perspectiva milleriana por excelência; 3) o uso da teoria lacaniana e da orientação clínica para o Real como ferramenta de leitura do mundo. Vamos desenvolver cada um desses argumentos, sempre apontando como estes podem ensinar e fundamentar uma clínica da responsabilidade pelo inconsciente.

3.2 Novos manequins, velhas roupagens

Em sua Arqueologia do sujeito, Alain de Libera (2013) busca investigar e reconstituir a condição de sujeito, seu nascimento, seu desabrochar, seu império e sua ascensão progressiva à posição de titular único dos poderes ou das funções do eu, do indivíduo e da pessoa: sujeito falante, sujeito pensante, sujeito desejanter, em uma palavra, sujeito agente. De acordo com o autor, “a associação das noções de ‘sujeito’ e de ‘agente’ para designar o princípio do pensamento no homem era tão (im)provável quanto o encontro fortuito sobre a mesa de dissecação de uma máquina de costura e de um guarda-chuva (Libera, 2013, p. 19-20)”. Isso por razões de que, desde o início da filosofia, tudo parecia excluir a possibilidade dessa associação. Em termos melhores, trata-se aqui de um longo debate que tem no mínimo oito séculos e pode ser sintetizado da seguinte maneira: se é ou não é requerida a substância tridimensional para abrigar o pensamento (EIDELSZTEIN, 2020). Discuto isso melhor no Capítulo 2, mas o essencial aqui é entender que o questionamento gira em torno de se é ou não requerido um espaço tridimensional – com altura, largura e profundidade, em suma, relevo – para abrigar o pensamento.

Hoje, isso tudo pode parecer-nos distante, afinal não é com a psicanálise e a descoberta do inconsciente que se postula que o homem enquanto indivíduo é aquele que se divide por não ter morada onde pensa? Ou seja: a equação fundamental do quiasma da agência, de um sujeito agente, que estabelece a equivalência entre sujeito, agente e eu (LIBERA, 2013) seria falha por excelência com a introdução do inconsciente dentro do cálculo. O debate secular se encerraria com a resposta: “não, não é necessário um corpo biológico, um eu assentado em um indivíduo, para abrigar o pensamento, *Isso [o inconsciente] pensa só*”. Como toda equação, a inclusão de um novo termo implica em um outro modo de operar. Não foi o que aconteceu. Pelo contrário, apesar do homem não ter mais morada onde pensa, o que poderia excluir qualquer ideia de uma responsabilidade do sujeito, com a inclusão do inconsciente, o que acontece é a ampliação da responsabilidade para novos territórios. Afinal, como bem afirma Eidelsztein (2020) ao retomar o trabalho de Alain de Libera, a posição sustentada por Freud na descoberta do inconsciente pode ser nomeada como “atributivista”: o inconsciente postulado como atributo do sujeito⁷ e a postulação de um sujeito responsável (em termos mais modernos, um sujeito imputável) pelo que pensa e pelo que faz.

⁷ Freud nunca falou de “sujeito”, mas sim de indivíduo. Essa citação se colocaria melhor da seguinte maneira: “o inconsciente postulado como atributo do indivíduo”.

O que nos leva diretamente ao trabalho de Forbes. O autor afirma que a responsabilidade em psicanálise precisa abranger o inconsciente (FORBES, 2012) e, diante de qualquer ato, temos um sujeito como causa. Diante de qualquer ato: consciente ou inconsciente, previsto ou imprevisto, pensado ou ao acaso. A chave aqui é a concepção de inconsciente. Se este é pensado como 1) atributo de um indivíduo (Freud); ou 2) estruturado como linguagem (Lacan) ou 3) orientado para o Real (Miller). Forbes se decide pelo inconsciente real milleriano vestido na roupagem freudiana. Para o manequim, adota a leitura de Miller do ensino de Lacan, pois está ciente de que o inconsciente freudiano tal como proposto por Freud poderia servir para os analisandos se justificarem diante das próprias ações: “se eu fiz, foi meu inconsciente” (FORBES, 2012). Para as roupas, recupera as propriedades freudianas do inconsciente, pensando este como atributo de alguém e conceitualizando uma responsabilidade do analisando por aquilo que cativa inconscientemente. Resolve o debate secular: há sim um corpo biológico, entendido aqui como a substância tridimensional e suporte de um pensamento, mesmo que inconsciente, pelo qual devo me fazer responsável.

Freud, Lacan e Miller aqui se misturam de diversas maneiras. Aqui já não se sabe se esse sujeito é o sujeito lacaniano estruturado como significante, o indivíduo biológico, a pessoa social e histórica, o cidadão legal e político ou o coletivo (EIDELSZTEIN, 2020). Nem muito menos se o inconsciente é aquele fruto do empirismo e da biologia, atravessado por teses ontológicas e pressupostos biológicos, tal como postulado por Freud (CARMO, 2020), ou “o inconsciente que se deduz daquilo que alguma pessoa fala para outra, dado que esse outro tem como tarefa ler algo aí, nessa mesma fala, orientado por uma chave de leitura muito específica” (VAZ DE MELO, 2020, p. 3). Como produto, temos o que Eidelsztein (2015/2021, p. 42) diagnostica como uma abordagem moral da ideia de homem: “um homem livre e responsável que deve se implicar nos fatos de sua vida, mesmo que os produza sem a vontade de fazê-los e mesmo sem sabê-lo.”. Proposta de responsabilidade para a clínica psicanalítica que se fundamenta somente se forem diluídas as fronteiras que marcam as diferenças teóricas entre os autores.

Diluídas as fronteiras e borradas as diferenças, é possível afirmar que o “erro” de tradução no tratamento dado por Forbes e outros autores à citação famosíssima de Lacan não seria um erro tão acidental assim. Trata-se na verdade de uma citação famosa cuja interpretação se cristalizou em torno de um sentido único: Lacan está convocando os analistas a se responsabilizarem pelas suas questões e queixas. Não é uma mero erro de tradução do francês para o português, mas uma interpretação deliberada e reproduzida *ad infinitum*. Em

1966, no escrito *A ciência e a verdade*, Lacan postula que o sujeito com o qual opera a psicanálise é o “sujeito da ciência”, escrevendo logo em seguida: “De nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis” (LACAN, 1966/1988c, p. 873). O mesmo trecho no original em francês: “De notre position de sujet, nous sommes toujours responsables.” (LACAN, 1966, p. 858). Lacan falava mais ou menos o seguinte: *De nossa* (os psicanalistas no plural) *posição* (colocação, postulação, conceito) *de sujeito* (conceito de sujeito no singular), *sempre somos* (novamente os psicanalistas no plural), *responsáveis* (devemos responder por isso, saber como operar com esse conceito). Caso Lacan estivesse falando de uma responsabilidade subjetiva para o sujeito, teria dito: “De nossa posição de *sujeitos*, sempre somos responsáveis.”. “Sujet” (sujeito, no original em francês e que está no singular), precisaria ser colocado como “sujets” (ou seja, como “sujeitos” no plural) para concordar com o “De nossa” referente aos psicanalistas: só assim seria possível subjetivar o termo.

Podemos afirmar que esse erro de tradução é meramente acidental? Colocar “sujeitos” no plural e subjetivar a proposta de responsabilidade foi apenas um equívoco? Um mal-entendido na leitura? Proponho que não, visto que é possível hoje ter acesso a todo um sistema teórico-conceitual construído a partir de citações como essa. Ao contrário de ler a citação de Lacan sem pessoalizar e subjetivar o “sujeito”, Forbes propõe o seguinte:

Finalmente, Jacques Lacan. Uma sentença esclarece sua posição: “Por nossa posição de sujeito somos sempre responsáveis” (LACAN, 1966^a/1998, p. 873). “Sempre”, diz ele, não de vez em quando ou dependendo da intenção, do conhecimento ou de qualquer outra variável. Se o sujeito é sempre responsável, não haverá sujeito sem responsabilidade. Isso abre uma interessante questão para os advogados: “Como separar o responsabilizar do penalizar?” Em psicanálise é o que fazemos quando, nos tempos de hoje, do “Freud implica”, levamos o analisando à consequência responsável do que diz. (FORBES, 2012, p. 122).

Neste momento do texto, o autor nos fornece pistas clínicas do que seria levar alguém à consequência responsável do que diz:

Alguém pode, por exemplo, em uma sessão de segunda-feira, dizer que ficou pensando no fim de semana e que concluiu ser “um péssimo marido, um pai meia-boca e um amante infeliz”. O analista, contrariando expectativas clássicas de relançamento de discurso, do gênero “o que o levou a essa conclusão?”, simplesmente diz: “O fato do senhor dizer que é um péssimo marido, um pai meia-boca e um amante infeliz não diminui em nada o fato de o senhor ser um péssimo marido, um pai meia-boca e um amante infeliz”. (FORBES, 2012, p. 122).

Conclui afirmando que essa intervenção pode ser surpreendente para os que estão habituados a pensar que somos irresponsáveis diante do inconsciente e o homem desbussolado continuará sem rumo se não lhe oferecermos a responsabilidade frente ao acaso e à surpresa (Forbes, 2012). Se nos reportarmos novamente a Villey (2005), podemos propor

que esse tipo de responsabilidade em nada se distancia da responsabilidade moral na Filosofia do Direito. É sempre importante lembrar que a matéria da lei moral, conforme o filósofo, é o agir humano, seus caracteres mais ou menos culpáveis, sua intenção subjetiva, seu foro íntimo e pessoal, julgado a partir de um tribunal divino. Pela estrutura de como é feita, não se sabe mais se estamos falando da prática de um psicanalista, de um juiz ou de Deus.⁸ Sobre isso, Forbes (2012) afirma que a responsabilidade psicanalítica é inversa à responsabilidade jurídica, pois nessa última primeiro se é livre, depois responsável, ao passo que naquela, primeiro há que se fazer responsável para em seguida se falar em liberdade. Vale precisar, o próprio autor coloca como inversa à responsabilidade jurídica objetiva, ao que aqui podemos acrescentar que ele tem plena razão, pois pensada dessa maneira nada distancia a responsabilidade psicanalítica da responsabilidade moral.

3.3 Desleitura: o Lacan milleriano de Forbes

Ao homem traumatizado do século passado, o homem desbussolado do novo século; ao Simbólico, o Real; aos velhos sintomas da psicopatologia cotidiana, uma série de novos sintomas próprios da horizontalidade do laço social: apesar da estranheza diante das propostas de Forbes, é necessário reconhecer que, ao contrário de muitos, ele ao menos faz um rigoroso trabalho com as citações, se afasta do “Lacan disse” e “Freud disse”, típico no nosso campo. Como chegamos até aqui? Não foi com Forbes, apesar de, entre os autores brasileiros, ele ser o expoente da discussão em torno da responsabilidade na clínica psicanalítica de orientação lacaniana. Na verdade, entre os lacanianos, foi Jacques-Allain Miller o principal teórico que, deslendo o que foi dito por Lacan, dá início a um projeto que não funda só uma nova clínica para a psicanálise, mas uma leitura que se propõe a elucidar o obscuro Lacan. Trata-se aí de um movimento chamado “Lacan elucidado”:

Aos que por um milagre não estejam familiarizados com o projeto, trata-se de uma iniciativa de Jacques-Alain Miller, herdeiro legal e intelectual da obra de Jacques Lacan, que em linhas gerais teria o papel de disseminar a verdade da obra do mestre. Curiosamente esse projeto foi lançado aqui no Brasil, com um compilado de conferências dadas por Miller entre os anos de 1921 e 1995. Elucidar quer dizer explicar, tornar claro, compreensível, e é interessante o fato de muitos psicanalistas aderirem ao projeto. (ARRUDA, 2020, p. 7).

O núcleo dessa verdade é a orientação para o real:

⁸ Nem muito menos se ainda estamos no terreno da Psicanálise, do Direito ou da Religião: o analisando está no divã, no banco dos réus ou no confessionário?

A psicanálise de orientação lacaniana, tal como é chamada a ministrada pelos cursos da Association Mondiale de Psychanalyse (AMP), tem sido construída em torno de uma linha que é chamada "orientação para o real". [...] Para construir o assolho teórico desta orientação, Miller (2007, 2008, 2009, 2011) se dedica à, fundamentalmente, duas coisas: escandir o ensino de Lacan em três momentos e demonstrar a hipótese de que no último ensino de Lacan, o terceiro, há a construção de um estatuto para o real que difere dos ensinamentos anteriores (SILVA NETO, 2014, p. 37).

As consequências para Miller é a proposta, como afirma Silva Neto (2014), de um inconsciente real e a hipótese de que todo mundo delira: ou seja, a forclusão generalizada do Nome-do-Pai na contemporaneidade. Não só isso, mas como afirma Soares (2020a, p. 66):

Além de vincular tais leituras acerca do real, Miller habilita uma progressão e distinção clara entre um primeiro Lacan, que predominantemente trabalharia o registro imaginário, um segundo Lacan, com ênfase no registro simbólico, e um terceiro enfatizando o real do qual esse último desenvolvimento seria o mais refinado e mais acabado constructo da teoria lacaniana. Abrindo espaço para a chamada “clínica do real”.

De uma clínica para a outra, se colocam algumas diferenças: na Clínica do Simbólico, o mundo era pai-orientado, o inconsciente estruturado como linguagem, o homem é traumatizado, o mundo se organiza verticalmente, decorre daí que há certa estabilidade nas relações. Já na Clínica do Real, o pai está foracluído, o inconsciente é o Real, o homem desbussolado, as relações se tornam difusas, pautadas em uma lógica de mercado, produtora de gozo e desprovidas de razões garantidoras. De um lado, um homem traumatizado com o passado, elaborando seu inconsciente estruturado como linguagem e sua relação com o Outro⁹. De outro, um homem desbussolado com o futuro, desnordeado com as múltiplas possibilidades de escolha, um mundo onde o Outro não existe.

Recolhendo algumas citações a partir do livro *A psicanálise: clínica do Real*, é possível montar uma extensa lista de definições que demarcam os axiomas norteadores dessa proposta clínica: 1) o Outro: o Outro não existe, é uma época do risco, em que nos cabe a responsabilidade frente ao desconhecido, à surpresa e ao encontro (FORBES, 2014, grifo nosso); 2) Invenção e responsabilidade: “a pessoa inventa uma resposta para o que não sabe e, em seguida, responsabiliza-se por isso” (FORBES, 2014, p. 46); 3) Ética: “A psicanálise lacaniana é sustentada por uma ética, a ética do desejo, que implica o sujeito na sua fala e no seu inconsciente, *responsabilizando-o por suas escolhas e pelo seu modo de satisfação*”

⁹ No texto *Meu ensino* Lacan afirma que, para que possamos nos situar quanto ao funcionamento do sujeito, esse Outro deve ser definido como o lugar da fala. O lugar da fala, não é dali onde a palavra se emite, mas onde ela assume seu valor de palavra, onde ela inaugura a dimensão da verdade (Lacan, 1967/2006). Eidelsztein (2020, p. 15), partindo do trabalho de Lacan, define o Outro (A) como o lugar do tesouro e da bateria significante. Desenvolvo isso melhor no capítulo 2.

(LISE, 2014, p. 50, grifo nosso); 4) Sintoma: “Expressão de uma singularidade, de uma satisfação paradoxal, marca própria da pessoa e que pode ser incluída e expressa na vida” (LISE, 2014, p. 55); 5) Queixa: “A psicanálise implica a pessoa na sua queixa, *compromete-a no seu sofrimento e a responsabiliza*. Parte de uma pergunta simples: o que você tem a ver com isso de que você se queixa? Foi o que Freud (1905) perguntou a Dora”¹⁰ (LISE, 2014, p. 55, grifo nosso); 6) Tratamento: responsabiliza o sujeito a partir da sua fala, dos pensamentos e *das suas satisfações do corpo - seu próprio gozo* (LISE, 2014, grifo nosso) e 7) Interpretação: passagem do “Freud explica” para o “Freud implica”, tem como visada o real, o que escapa ao sentido, analista empresta consequência ao que escuta, *responsabiliza o sujeito pela sua dor* e pelas suas conquistas (LISE, 2014, grifo nosso).

O Outro não existe, responsabilizar o analisando pelo seu modo de satisfação, pelas suas escolhas, pelo modo como se satisfaz com seu próprio gozo, comprometê-lo com sua dor: a psicanálise contemporânea se tornou uma prática de adaptação ao sofrimento? Isso fica para outro trabalho, mas não deixa de ser importante aqui. O que nos é relevante agora é o que se repete nesses pressupostos e, nesse caso, a repetição de uma ausência: não há nenhuma menção às responsabilidades dos analistas com os conceitos que postulam, ou com a condução do tratamento, salvo nos momentos em que sua responsabilidade é... produzir responsabilidade. A orientação para o real, o inconsciente real, a exclusão do Outro na contemporaneidade e a responsabilidade subjetiva: Miller sintetiza esses avatares de maneira muito precisa quando destaca os efeitos que testemunhou da “retificação subjetiva” nas Notas passo a passo do Seminário 23:

Fascinei-me pelos seus olhos, tive dela uma visão tão completa quanto se ela estivesse na sala. Não sei se isso tem relação com o que se produziu em seguida, mas, em um lampejo, compreendi que era responsável por tudo que acontecia em minha existência, independentemente do acontecimento que poderia ter se produzido. Eu acusava habitualmente minha família, a sociedade, minha esposa por isso... e, naquele dia, descobri de maneira muito clara que não devia acusar ninguém além de mim mesmo. Assumo toda a responsabilidade disso sobre meus ombros, e me senti assim extraordinariamente aliviado. Agora, sou livre, e ninguém além de mim é responsável pelo que me acontece. (LACAN, 1975-1976/2007, p. 228).

Não acusar ninguém além de si mesmo e só ser livre por que se é responsável por tudo que lhe acomete: existe algo mais individualista? Empresário de si mesmo, Miller dá mostras dessa ilusória liberdade característica do estágio atual do sistema-econômico em que vivemos: ninguém além de você é responsável por você mesmo e você é livre para escolher

¹⁰ Vale destacar que esse jargão psicanalítico amplamente difundido nunca foi dito por Freud à Dora. Não há, no caso Dora, nenhuma ocasião em que Freud diz isso. Na verdade, essa é uma frase de Lacan, que atribui isso ao vienense. Podemos localizar esse suposto dito de Freud não em 1905, mas em 1956, no Escrito *Intervenção sobre a transferência*.

outros rumos para disso que padece. Na clínica, é um jogo de sombras em que a luz só incide no analisando. Este deve se fazer responsável por tudo que lhe acomete, desejando isso ou não, diga ou não lhe diga respeito: suas satisfações paradoxais, seu sofrimento, suas queixas, como goza, de que corpo goza, as escolhas, as surpresas, os encontros, desencontros, maus encontros.

E é isto que caracteriza a Clínica do Real e seus bisturis. Proponho que o leitor dê uma conferida no texto produzido por Elza Macedo (2014) para o Instituto da Psicanálise Lacaniana caracterizando a clínica do Real no sentido que ela diz ser o proposto por Lacan. Não preciso nem dizer que ela acaba se equivocando e errando o alvo: a clínica do Real é estabelecida por Miller, mas a autora escolhe por aderir ao manejo clássico de resgatar nomes de autores clássicos que podem impor determinada autoridade ao texto. Assim, argumenta ali sobre os motivos dessa clínica pedir bisturis, com o objetivo de fazer um percurso histórico do lugar deste instrumento em Freud, Lacan e Forbes e apresentar uma série de bisturis, no contexto de extratos clínicos (MACEDO, 2014). Bisturi é um instrumento cirúrgico, utilizado para fazer incisões, caracterizado por possuir uma lâmina muito afiada. É a ferramenta de referência para a clínica do real, que por lá equivale ao corte analítico e a proposta de que tal clínica seja para os corajosos. Digo corajosos não por mera opinião pessoal, mas na indicação dos próprios autores: como afirma Riolfi (2014, p. 59): “(...) concluímos que, para nós, no fundo, no fundo, só há uma única contraindicação para a clínica do Real. Acreditamos que ela é fortemente desaconselhável para covardes.”¹¹ Basta ter coragem, querer, desejar.

3.4 Psicanálise: razão de um extrapolamento

Dentro da proposta de uma Clínica do Real, se postula a existência de um homem desbussolado, fruto da globalização, sem norte, sem sentido. Com ele, surgem novos sintomas que não passam pelo circuito da palavra: o fracasso escolar (apontado como efeito dos alunos desconhecerem os valores da escola); as agressões inusitadas e o uso de drogas (FORBES, 2012). Não só sintomas psicopatológicos, mas seguindo essa mesma linha de raciocínio cuja marca é o curto-circuito da palavra, um outro diagnóstico feito por Forbes (2012) para atestar a existência do homem desbussolado são as festas eletrônicas: como uma música que não tem

¹¹ Conforme o site: <https://www.antonimos.com.br/covarde/>, o antônimo de covarde é feroz, aventureiro, herói, bravo, arrojado, destemido, valente, corajoso, resistente: quem nunca ouviu esses mesmos termos usados em discursos motivacionais para convencerem as pessoas da ilusória falácia de que, apesar de um sistema econômico que distribui de maneira completamente desigual as possibilidades de existência, para vencer na vida basta querer?

sentido, que não tem letra, consegue reunir milhões de pessoas dançando juntas sem se entenderem? Ao que o autor responde: “Possivelmente esses moços demonstram a possibilidade de estarem juntos sem se compreenderem. [...] Monólogos articulados, portanto, tomam o lugar dos diálogos compreensíveis em nossa época.” (FORBES, 2012, p. 116).

Ao menos ambiciosos, pergunto: não soa estranho que estejamos aqui nos utilizando de festas eletrônicas para explicar as teses fundamentais de uma proposta clínica de orientação lacaniana? A coisa vai mais longe, Forbes (2012) analisa o twitter, o modelo empresarial da modernidade e figuras como Steve Jobs, esportes radicais como alpinismo e paraquedismo, e até sobre como a psicanálise poderia influenciar a expressão de genes que modulam neurotransmissores. Tudo isso é muito bem fundamentado a partir de citações que o autor recolhe de Freud, Lacan e Miller para fazer da psicanálise de orientação lacaniana orientada para o real uma leitura de mundo. A proposta de Lacan durante todo o seu ensino nos direcionava para esse momento em que estaríamos nos arriscando a utilizar a psicanálise como ferramenta de leitura de festas eletrônicas e esportes radicais? Ou seria essa uma maneira de alguns leitores de Lacan de decidirem intencionalmente por um tipo de leitura ambiciosa demais, excessivamente despolitizante e alinhada a uma estrutura capitalista?

Tudo isso parece distante do tema central desse trabalho, mas o objetivo aqui é ilustrar como é possível ir aos extremos, ao avesso da psicanálise. Essa ambição tem incidências clínicas importantes de serem sublinhadas. Quando o assunto é escutar os sofrimentos e as queixas que chegam diariamente aos consultórios, se estou suportado por este referencial teórico, posso muito confortavelmente responsabilizar o analisando por suas queixas, acasos, surpresas e, até, por violências. Estas últimas podem ter relação com toda uma estrutura capitalista produtora de sofrimento. Tal estrutura nos coloca dentro de relações desiguais de gênero, de raça e de classe e opera constantemente na produção de morte de alguns corpos em detrimento de outros. Se não estou advertido da existência de que para além das quatro paredes do consultório, existe todo um sistema que trabalha em função de garantir a não existência de algumas pessoas, a consequência é escutar o que escuto e supor constantemente que o que há ali é um gozo no sintoma. Nesse sentido, se a uma pessoa que, mesmo em situação de violência doméstica, decide continua morando com o/a conjugue, basta escutá-la em análise e ir rastrear nos porões do seu inconsciente o suposto masoquismo primordial que a prende em tal posição. É aí onde o bisturi faz seu corte. Se o sujeito não se desloca, não se implica, não muda de posição, é porque *no seu foro íntimo, pessoal e subjetivo*, ele goza daquele lugar, porque lhe falta coragem para mudar de posição.

“Seu” e “fundo” são as palavras chaves aqui. “Seu”, por indicar propriedade: se o

assunto for o inconsciente, por exemplo, seria possível pensar no inconsciente “de alguém”. Se isso é possível, então posso falar da necessidade de uma responsabilidade, de uma implicação do analisando com aquilo que se queixa, de saber fazer com tudo que lhe acomete, conscientemente ou não. “Fundo”, por indicar uma espacialidade tridimensional: se faz uma separação entre “interior” e “exterior”, o pensamento – inconsciente ou não – é suportado por um corpo biológico de carne e osso, se queixa disso e não muda de posição, é por que no fundo goza disso que se queixa? O fundamental aqui é que, se operamos com o conceito de inconsciente e de sujeito tal como proposto por Lacan, não seria possível pensar nessas dicotomias. Assim como não seria possível ler no escrito *A ciência e a verdade* uma proposta de responsabilidade subjetiva com o inconsciente. Nem muito menos operar com a teoria lacaniana para individualizar questões subjetivas de maneira tão moralista.

A essa leitura da teoria lacaniana, proponho outra. Há momentos significativos na obra do autor francês que indicam o avesso dessas propostas e é sobre isso que iremos discutir agora. É preciso insistir, isso não indica que aqui forneço ao leitor uma leitura mais verdadeira dos textos. Isso incorreria em manter girando a roda da psicanálise em sua face mais sagrada e dogmática. Porém, é importante que estejamos advertidos de que não podemos recair nesse relativismo ingênuo de simplesmente aceitar todo tipo de deformação para a clínica psicanalítica.

4 NÃO HÁ EM LACAN UMA TEORIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA

4.1 Para o sujeito: o argumento criacionista

Se pensarmos o sujeito em Lacan tal como ele o propõe insistentemente ao longo do seu ensino – o sujeito é o que representa um significante para outro significante, e não para outro sujeito –, uma outra leitura sobre a temática da responsabilidade poderia se colocar aqui como evidente. Dessa leitura, podemos afirmar que não há, dentro da teoria lacaniana, uma conceitualização de uma responsabilidade subjetiva para a clínica. Isso nos exige que saibamos distinguir o sujeito lacaniano de suas possibilidades de coincidir com o indivíduo biológico, com pessoa social e histórica, com cidadão legal e político, com o coletivo e até mesmo com o próprio analisando (EIDELSZTEIN, 2020). Diante disso, "A noção de responsabilidade subjetiva, aplicada à clínica, depende da concepção de sujeito que se adota" (DUTRA, 2015, p.4).

Para começar, vamos retomar o debate proposto por Eidelsztein no seu livro *A origem do sujeito em psicanálise*. Nesse livro, Eidelsztein nos convoca a pensar sobre o tema das origens. Ora, por que pensar o tema das origens seria algo importante em psicanálise? Por que me questionar de que sujeito falo, não é sempre de um sujeito do inconsciente que se trata? Vamos notar por aqui como que, sem esse questionamento, sem um trabalho de investigação em torno das origens, do diálogo que estabeleceu Freud e Lacan com as ciências de sua época, jamais saberemos qual concepção de sujeito adotamos para a clínica. Isso por razões de que para o campo da psicanálise e entre os lacanianos, não há consenso algum sobre a definição de conceitos fundamentais como inconsciente, real, pulsão, objeto a, sujeito (PIRES, 2020).¹²

No Seminário 11, Lição XI de 22/04/1964, Lacan (1964/2008, p. 137) alerta àqueles que o escutam: “Vocês percebem por que a relação do sujeito ao significante é a referência que quisemos colocar no primeiro plano de uma retificação geral da teoria analítica, pois ele é também primeiro e constituinte na função radical do inconsciente.”. Relação do sujeito ao significante, pois este último – o significante – é *primeiro*. Essa

¹² E mais, há uma distinção entre sujeito do inconsciente e o inconsciente: para o primeiro (PIRES, 2020) propõe sua definição articulada ao movimento do analista, que “lê o discurso e intervém nele destacando trechos, elevando-os à categoria de significante e dessa maneira opera através da articulação desses significantes. Quando mudamos um dos significantes que estão articulados isso produz um sujeito diferente.”. Para o segundo, trata-se do saber – insabido até então – que resulta dessa operação.

preocupação com os rumos da teoria analítica e a necessidade de colocar em primeiro plano a ordem significante é repetida insistentemente em várias ocasiões. É dessa convocação que parte Eidelsztein e é disso que se trata quando pensamos no tema das origens. Para o autor, Lacan e Freud construíram verdadeiras teorias a esse respeito:

A teoria de Freud é evolucionista, a de Lacan, criacionista. Tal diferença se apresenta tanto no nível da consideração do caso particular quanto no da sociedade em geral. A perspectiva evolucionista parte da postulação de um começo a partir de algo substancial, tangível, que evolui e se desenvolve até atingir a maturidade – no particular, um corpo biológico, embora unicelular; no social, uma horda primitiva – por sua vez, a criacionista, parte do nada – criação *ex nihilo* – rejeitando as ideias de evolução e maturidade. (EIDELSZTEIN, 2020, p. 13, grifo do autor)

Por mais desconcertante que pareça o argumento criacionista, é possível sustentá-la no diálogo da psicanálise de orientação lacaniana com outras ciências. É importante lembrar que, para Lacan (1975), esse diálogo circunscrevia quatro campos de conhecimento: a lógica, a linguística, a topologia e a antifilosofia. Na esteira disso e para desenvolver o argumento criacionista, Eidelsztein (2020, p. 29) propõe “utilizar a lógica que rege uma das principais teorias da física cosmológica moderna sobre o universo: a teoria do Big Bang (...)”. Esta, de acordo com o autor, “sustenta a existência de um começo absoluto do universo, de toda a sua matéria e do espaço-tempo” e para esse começo “não é necessário postular a inexistência do que estava antes, só que o que estava antes perde seu efeito causal.” (EIDELSZTEIN, 2020, p. 29). Disso o argentino pôde tirar algumas conclusões importantes:

A teoria do Big Bang propõe o surgimento de todo o universo a partir de um único ponto sem volume e com infinita energia – o espaço, o tempo e toda a matéria constitutiva dos objetos materiais macroscópicos, inclusive os corpos humanos. Minha proposta consiste em considerar que a lógica utilizada pela ciência moderna no Big Bang para dar conta da origem do universo, é a mais pertinente para aplicar à origem e à estrutura do sujeito da teoria de Lacan e da prática analítica. (Eidelsztein, 2020, p. 32).

Isso implica em: 1) “Dar coerência aos argumentos de Lacan em relação ao ‘já está sempre aí’ da linguagem e o Outro.” (EIDELSZTEIN, 2020 p. 32); 2) “Poder sustentar que nenhum homem ou grupo humano algum criou a linguagem e o inconsciente.” (EIDELSZTEIN, 2020 p. 32-33); “Não é requerido negar a existência “anterior” do corpo biológico, mas é postulada uma *descontinuidade absoluta*, um esquecimento radical do biológico no discursivo.” (EIDELSZTEIN, 2020 p. 33, grifo do autor); 4) “O fundamental de minha proposta consiste em sustentar que não foram os homens que criaram as línguas, mas que as línguas se criaram elas mesmas.” (EIDELSZTEIN, 2020, p. 34-35); 5) “Elas fizeram isso com tudo o que foi requerido no seu próprio campo: seus termos (significantes e

significados), suas leis de composição, aquilo que falta e aquilo que funciona como o impossível no seu universo específico.” (EIDELSZTEIN, 2020 p. 35).

Isto circunscreve o argumento criacionista e é o que possibilita que a gente trabalhe com a noção de sujeito tal como a propôs Lacan:

O ensino de Lacan foi dedicado à chamada reforma do entendimento e tinha como tarefa comprometer os psicanalistas com a mesma empreitada. Tal reforma exigia uma manobra: a subversão do conceito de sujeito vigente. E sua consideração, a partir de então, como efeito do significante. Lacan não duvida da necessidade dessa manobra, chegando a radicalidade de afirmar que não é possível funcionar no campo psicanalítico a não ser atribuindo ao conceito de sujeito um estatuto correto, a saber: considerá-lo, justamente, como efeito do significante (DUTRA, 2021, p. 17).

Decorre que dessa subversão conceitual, já não podemos mais dar a esse conceito uma materialidade que o constitua enquanto três dimensões: o sujeito pensado assim não poderia estar no mesmo nível de um corpo físico, tridimensional, biológico.¹³ No ensino de Lacan, essa distinção de planos já se coloca desde muito cedo. Já na Abertura do Seminário 1, de 18/11/1953, Lacan (1953/2009, p. 10) afirma:

Temos de nos aperceber de que não é com a faca que dissecamos, mas com conceitos. Os conceitos têm sua ordem de realidade original. Não surgem da experiência humana – senão seriam bem feitos. As primeiras denominações surgem das próprias palavras, são instrumentos para delinear as coisas.

Os conceitos, uma vez que são estruturados como discurso, têm sua ordem de realidade original e, topologicamente, essa realidade só é possível em duas dimensões. Decerto, isso soa estranho, como assim os fenômenos da clínica não são simplesmente fenômenos que estão lá, esperando por nós, que existem por si mesmos, dentro da realidade humana? O inconsciente não seria isso que existe em si mesmo dentro de alguém e se mostra toda vez que alguém comete um lapso? Ou cada vez que alguém relata um sonho? Tal ideia está no avesso do que propõe Lacan. O inconsciente não é algo interno, propriedade de um sujeito, que fala e a ao falar, em uma associação dita livre, revela ao analista o que está guardado dentro de si. Em si mesmo, ele – o inconsciente – não existe, a não ser como efeito e partir de uma operação artificial e arbitrária, de uma intervenção que toma o discurso comum – as palavras, frases, pontos – e o transforma em significante, onde se pode escrever e ler a dimensão do inconsciente (VAZ DE MELO, 2020).

¹³ Neste ponto, é crucial levar em conta a posição de Lacan sobre o corpo biológico, já que, *se não é reconsiderado* o status da libido, das pulsões e do gozo em psicanálise, tais conceitos podem cumprir o papel de garantir concepções biologicista dentro do campo psicanalítico, argumento que é objetado em esta proposta. A psicanálise deve ser considerada como a prática que surgiu apenas para curar as dores do corpo, *teorizando sua causa na ordem significante e no Outro* (EIDELSZTEIN, 2020, p. 44-45, grifo nosso).

Se tal operação depende da leitura de um analista e essa leitura é suportada em um referencial teórico, isso nos leva a concluir que aquilo que intuitivamente tomamos como já dado em si mesmo se trata, na verdade, de efeitos. Ao contrário do que propõem as leituras evolucionistas¹⁴, Eidelsztein (2020) propõe que, para Lacan, no início estão a ordem significante e o Outro e aí a partir disso haveria seus efeitos: corpo, sujeito, verdade, falta, objeto a, as pulsões. Assim, se podemos dizer de um sujeito lacaniano, é preciso estabelecer aqui um acordo em torno de que estatuto damos a esse sujeito. Destacá-lo das tendências de fazê-lo existir enquanto substância, pessoa ou – o que é pior – enquanto essência. Isso serve não só para o conceito de sujeito, mas para todos os outros. Nunca na história da psicanálise alguém viu o Grande Outro, mas somente seus efeitos. Decerto, pela razão de que não se trata, nele, de uma pessoa em carne e osso, mas de um lugar e, enquanto lugar, exerce determinada função.

Dando esse estatuto de argumentação criacionista aos conceitos, pensando-os como instrumento para delinear as coisas, podemos concluir o seguinte: a responsabilidade subjetiva não é um dado concreto da clínica concernente a todos os casos. Quando chega alguém no consultório, nos dispositivos de saúde, o que entra pela porta não é um inconsciente particular, cujo porão esconde o mais último grão do sintoma pelo qual o sujeito deve se fazer responsável. Trata-se, na responsabilidade subjetiva, de um instrumento teórico cujo manejo se propõe a produzir lá seus efeitos. Como ferramenta teórica – já vimos no Capítulo 1 que se trata do bisturi – pontuo aqui de qual material se trata e questiono se os cortes que ela produz são, como afirmam, o que temos de melhor. Se a responsabilidade subjetiva do analisando com o seu inconsciente não seria um dado em si mesmo, como poderia esse operador ser tomado como uma espécie de *a priori* que marca a clínica psicanalítica dentro da contemporaneidade? Se nem o conceito de sujeito e de inconsciente, tão centrais à teoria, possuem o estatuto de uma existência em si própria, mas sim enquanto efeito, como que o dito quarto momento da clínica psicanalítica é batizado como o tempo do “Freud Implica”?

4.2 Para o inconsciente: uma outra topologia

“A chave do problema aqui é a noção de existência.” (VAZ DE MELO, 2020, p.

¹⁴ Referência aos discípulos de Lacan que afirmam que primeiro existe a substância viva, com seus gozos biológicos específicos, por eles postulados como singulares que depois o significante tentará pegar nas suas redes. Para isso, ver *Questões preliminares a todo tratamento possível do gozo* em Goldenberg (2019, p. 163-189) e Eidelsztein (2020, p. 25-27).

7). O inconsciente não existe. Se existe, existe enquanto efeito de significante, passível de apenas duas dimensões. Não existe enquanto um dado da nossa realidade de três dimensões. Depois da discussão sobre o uso do argumento criacionista no diálogo com a física quântica para dar ao sujeito seu estatuto, vamos nos voltar agora ao conceito de inconsciente. Para este, vamos dialogar com as matemáticas, com a lógica e com a topologia. Estas circunscrevem o que me parece fundamental na discussão. Isso caso pensemos que rigor aplicamos às epistemologias que, indicadas por Lacan (1975), fundamentam a prática analítica. Assim, para sustentar sua afirmação de que não há psicanálise sem o suporte das matemáticas, Vaz de Melo (2020, p. 3) propõe que:

Em primeiro lugar, pensemos a matemática como um discurso que se articula assentado sobre peças mínimas. Em termos técnicos, trata-se de axiomas. Entendemos aqui o tecido axiomático como uma condição necessária à formação de qualquer que seja o pensamento e, por conseguinte, ao método de construção de objetos. Axioma vale como o tijolo primeiro de um edifício e como a regrinha de ouro que se deve aceitar para entrar na partida e conduzir o jogo. Isso tudo de modo extremamente resumido serve para dizer que a psicanálise se vale das matemáticas para declarar que haveria, no nosso ofício, um punhado de regrinhas que funcionam como operador de todo e qualquer movimento que fazemos.

Entretanto, não é qualquer matemática que se trata. Um dos ramos da matemática é a geometria, que se subdivide em geometria euclidiana e não-euclidiana. A primeira diz respeito a um estudo de medidas e formas, sendo fundamental que a figura estudada conserve a sua medida e forma ainda que tenha sofrido um deslocamento no espaço (EIDELSZTEIN, 2018). Ao passo que a segunda, geometrias não euclidianas, recebem esse nome pois não carecem da necessidade de que suas figuras preservem forma ou tamanho (SOARES, 2020b). Disso nos interessa as geometrias não-euclidianas do tipo “topologia combinatória”, por ser puramente qualitativa e não-métrica e que, justamente por sua estrutura bidimensional, elimina qualquer ideia de profundidade ou ‘dentro e fora’ presente nas geometrias anteriores (SOARES, 2020b). Qual a relação disso com a psicanálise? Como isso pode fornecer qualquer contribuição à clínica? Não seria mero delírio especulativo pensar a importância da matemática para a clínica psicanalítica? A insistência aqui em caracterizar a estrutura como bidimensional se dá pelo fato de, em psicanálise, “nosso sujeito não é mensurável, como nenhuma das categorias que lhe aplicamos” (EIDELSZTEIN, 2018, p. 26).

Atualmente, temos muitos trabalhos que apontam a contramão desse primeiro e aparente desconforto diante da articulação entre psicanálise e topologia, ou até mesmo com as

outras disciplinas propostas por Lacan como campos imprescindíveis à prática clínica.¹⁵ Saber que Lacan (1975) considerava a topologia como disciplina fundamental para a prática clínica não quer dizer que hoje isto apareça nos textos. Pelo contrário, parece que muito dessa proposta é constantemente elidida pelos autores, basta notar as confusões em torno dos conceitos básicos. Não somente em torno dos conceitos, mas das propriedades destes. É isto que Soares, juntamente com Eidelsztein, diagnostica para a psicanálise, dividindo essa última em o que poderíamos chamar de psicanálise euclidiana e uma psicanálise não-euclidiana (SOARES, 2020b). Para uma psicanálise que se aproxime de uma geometria euclidiana, suas elaborações apresentam-se de forma a incutir uma concepção de tridimensionalidade ou profundidade:

As consequências de tal tridimensionalidade para o fazer analítico são várias. Podemos pensar que esta concepção teórica introduz um apego imaginário às consistências corpóreas, no qual o inconsciente pertence a alguém e se figura no interior do corpo. (...) Fica claro, portanto, que a geometria presente nesta forma de conceber a análise se mostra completamente euclidiana. Pois, para tais analistas, os dois personagens presentes em análise seriam como duas esferas tridimensionais com seus limites bem estabelecidos (corpo) de onde emergem conteúdos antes recalcados. (SOARES, 2020b, p. 66).

Direciono os leitores a esse trabalho, ele é fundamental para a compreensão do que está sendo insistentemente proposto por aqui. A geometria euclidiana e seu ímpeto em fazer consistir em um corpo de três dimensões desde o discurso do paciente até o sofrimento do qual ele se queixa, produz implicações desde o estatuto dos conceitos até a direção do tratamento e o manejo da cura. Isso tudo depende de que nos localizemos ou não dentro de uma proposta euclidiana de clínica. Decorre daí uma outra topologia para o inconsciente: a não-euclidiana. É ela que torna possível introduzir a inconsistência das superfícies topológicas, abstratas, somente possíveis em espaço bidimensional e constituída por buracos (SOARES, 2020b). O Seminário 11 é ilustre quando se trata de fundamentar tal leitura, trago um momento preciso:

O inconsciente é a soma dos efeitos da fala, sobre um sujeito, nesse nível em que o sujeito se constitui pelos efeitos do significante. Isto marca bem que, com o termo sujeito – é por isso que o lembrei uma origem – não designamos o substrato vivo de que precisa o fenômeno subjetivo, nem qualquer espécie de substância, nem

¹⁵ Para isso, basta retornar às publicações de Eidelsztein: *Outro Lacan: estudo crítico sobre os fundamentos da psicanálise lacaniana* (2017), *Modelos, esquemas e grafos no ensino de Lacan* (2018), *A origem do sujeito em psicanálise* (2020) ou todo o trabalho proposto por Dutra, Araújo e Mezza (2021) no *Lacan: a revolução negada*. Além disso, aqui no Brasil, o *Borda Lacaniana* produziu inúmeros artigos no tema: "Questões preliminares a todo tratamento possível do Matema. Do terrorismo dogmático à lógica cosmopolita" (VAZ DE MELO, 2020), "Afim, o que disse Lacan? – o inefável, a vivência e o rechaço ao matema" (SOUZA, 2020), "A ética da psicanálise como própria a subversão do sujeito" (KUSHNIR, 2021), "O desejo acósmico" (VAZ DE MELO, 2021). Todos disponíveis no site: <https://bordalacanianana.com/revista/>.

qualquer ser do conhecimento em sua patia, segunda ou primitiva, nem mesmo o logos que se encarnaria em alguma parte, mas o sujeito cartesiano, que aparece no momento em que a dúvida se reconhece como certeza – só que pela nossa abordagem, as bases desse sujeito se revelam bem mais largas, mas, ao mesmo tempo, bem mais servas quanto à certeza que ele rateia. É isto que é o inconsciente. (LACAN, 1964/2008, p. 127).

Ou essa outra ocasião, agora no Seminário 17, sobre *O avesso da psicanálise*, Lição de 11/02/1970:

Foi isto mesmo que Freud descobriu justamente em tomo de 1920, e que é, de algum modo, o ponto de inflexão de sua descoberta. Sua descoberta foi ter soletado, escandido o inconsciente, e desafio a dizerem que isto possa ser outra coisa que não a observação de que *há um saber perfeitamente articulado, pelo qual, falando propriamente, nenhum sujeito é responsável*. Quando de repente um sujeito chega a encontrar, a tocar esse saber que não esperava, ele fica, pois bem, ele que fala, fica bastante desconcertado. (Lacan, 1969-1970/1991, p. 73, grifo nosso).

O estatuto do inconsciente? É de um saber perfeitamente articulado pelo qual nenhum sujeito é responsável. Aqui Lacan reafirma as propriedades topológicas que caracterizam o inconsciente, repisando sua fórmula do inconsciente estruturado como linguagem e indicando de maneira extremamente significativa que o inconsciente não é o substrato vivo, nem o logos, nem qualquer espécie de substância: *ele é um efeito!*¹⁶ Ora, esse efeito, onde estaria a causa? No próprio sujeito? Não, a causa estaria no Outro: “O Outro, latente ou não, está, desde antes, presente na revelação subjetiva. Ele já está lá, quando algo começou a se livrar do inconsciente” (LACAN, 1964/2008, p. 129). O que leva Lacan a concluir que:

No mundo do *Real-Ich*, do eu, do conhecimento, tudo pode existir como agora, inclusive vocês e a consciência, sem que haja para isto, o que quer que pensemos, o mínimo sujeito. Se o sujeito é o que lhes ensino, a saber, o sujeito determinado pela linguagem e pela fala, isto quer dizer que o sujeito, *in initio* [no início], começa no lugar do Outro, no que é lá que surge o primeiro significante. Ora, o que é um significante? Eu o matraqueio há muito tempo para vocês, para não ter que articulá-lo aqui de novo, um significante é aquilo que representa um sujeito, para quem? – não para outro sujeito, mas para um outro significante. (LACAN, 1964/2008, p. 193-194, grifo do autor).

¹⁶ Existem outras diversas ocasiões dentro desse seminário que nos dão esses mesmos indícios: Lição I de 22/01/1964, Lacan (1964/2008, p. 28): “O importante, para nós, é que vemos aqui o nível em que – antes de qualquer formação do sujeito, de um sujeito que pensa, que se situa aí – isso conta, é contado, e no contado já está o contador.”; Lição III de 29/01/1964, Lacan (1964/2008, p. 45): “Para apreender o que é o tempo lógico é preciso partir do seguinte, que, de saída, a bateria significante é dada.”; Lição VI de 19/02/2022, Lacan (1964/2008, p. 80): “A psicanálise não é nem uma *Weltanschauung* (visão de mundo) nem uma filosofia que pretende dar a chave do universo. Ela é comandada por uma visada particular que é historicamente definida pela elaboração da noção de sujeito. Ela coloca esta noção de maneira nova, reconduzindo o sujeito à sua dependência significante.”; Lição VII de 26/02/1964, Lacan (1964/2008, p. 92): “É com isto que meu discurso se fia – cada termo só se sustenta por relação topológica com os outros, e o sujeito do cogito cai na mesma coisa”.

Um sujeito, no início, começa no lugar do Outro. Ele não começa e nem se encerra em si mesmo. Um sujeito também não é isto que intuitivamente deduzimos que ele seja: sujeito carne e osso, um corpo vivo, mas um significante que representa esse sujeito não para outro alguém, mas para outro significante. Matraquear a fórmula há muito tempo para não ter que articular ela novamente: é isto que caracteriza o movimento excessivamente repetitivo do Lacan. Isto caracteriza também o movimento repetitivo desse trabalho. Por que repetir? É interessante esse questionamento, afinal, posso dizer: se sou lacaniano, é óbvio que o inconsciente tal como o concebo na prática clínica se trata de um inconsciente estruturado como linguagem. Isso ser óbvio já implica que estamos aí na via do engano. Afinal, essa obviedade significa que estou ciente das propriedades que circunscrevem o inconsciente lacaniano?¹⁷ Ciente de que, para ele, ao invés de se supor que é um dado que está aí, trata-se na verdade de um efeito? E, por fim, que ao falar “o inconsciente é estruturado como linguagem”, isso implica que eu aplique, rigorosamente, a mesma topologia *a todos os outros conceitos* que postulo para a clínica?¹⁸

4.3 Para a responsabilidade: uma outra leitura

Se não tomamos a topologia e o suporte que as fórmulas matemáticas¹⁹ oferecem para a discursividade da psicanálise lacaniana, recaímos em uma tendência de operar nos atendimentos partindo de certo pressuposto de que as coisas já estão lá, que não dependem da nossa leitura. Que algo na clínica só possa surgir enquanto efeito ao depender de uma leitura, é o que tenho insistido aqui, junto com outros. Insistência necessária, pois ao que tudo indica, dentro do leque de possibilidades de leitura, é possível produzir todo tipo de coisa. A responsabilidade subjetiva é uma delas e isso nos faz retornar ao escrito *A ciência e a verdade*. Estenografia da aula de abertura do Seminário 13 sobre *O objeto da psicanálise*²⁰, Lacan abre esse escrito com a seguinte pergunta: "O status do sujeito na psicanálise, acaso diremos que

¹⁷ Sou obrigado a especificar de qual inconsciente se trata, pois só nesse trabalho já tivemos rastros de, no mínimo, três inconscientes: um freudiano, um milleriano e um lacaniano.

¹⁸ Posso inclusive dizer que separei esse capítulo em subdivisões apenas por mero didatismo, nada nessa discussão pode se desarticular de toda a estrutura teórica e do tipo específico de discursividade em que ela está inserida: a saber, a psicanálise de orientação lacaniana, toda a produção conceitual que ela implica e o movimento de usar esse método de leitura contra ele mesmo e contra outros que assim se nomeiam. É daí que extraio as inconsistências de alguns textos.

¹⁹ Aos que estão estranhando, lembrando que dentro da teoria lacaniana existe uma álgebra de letrinhas (a , $I(a)$, $i(a)$, A , S^1 , S^2 etc.) que se estruturam em fórmulas matemáticas e modelos topológicos que servem como um dos suportes para o analista se orientar na prática clínica, no estudo dos casos e na transmissão da psicanálise.

²⁰ Seminário ainda não estabelecido por Miller, mas que está disponível em francês no site da Staferla: <http://staferla.free.fr/>

no ano passado o fundamentamos?" (LACAN, 1966/1998c, p. 869). Responde, durante todo o escrito, que a práxis psicanalítica “não implica outro sujeito senão o da ciência” (LACAN, 1966/1998c, p. 878) e prossegue:

É sensível minha pressa de emergir de tantas precauções tomadas para restituir os psicanalistas a suas certezas menos discutíveis. Contudo, ainda preciso reexaminá-las, nem que seja ao preço de algumas indelicadezas. Dizer que o sujeito sobre quem operamos em psicanálise só pode ser o sujeito da ciência talvez passe por um paradoxo. É aí, no entanto, que se deve fazer uma demarcação, sem o que tudo se mistura e começa uma desonestidade que em outros lugares é chamada de objetiva: mas que é *falta de audácia e falta de haver situado o objeto que malogra. Por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis*. Que chamem a isso como quiserem, terrorismo. (LACAN, 1966/1998c, p. 872-873, grifo nosso).

Lacan nos indica que, em se tratando do objeto da psicanálise, devemos fazer uma demarcação que, sem isso, tudo se mistura e começa uma desonestidade conceitual que em outros lugares se intitula como objetiva. Essa demarcação implica que, por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis. Tal posição de sujeito, seria ela algo de subjetivo, vinculado a um ser, ser responsável por algo íntimo? Ainda no mesmo escrito:

Seja como for, afirmo que toda tentativa, ou mesmo tentação - nas quais a teoria em curso não deixa de ser recorrente - de encarnar ainda mais o sujeito é errância: sempre fecunda em erros e, como tal, incorreta. Como também encarná-lo no homem, o que equivale voltar à criança. (LACAN, 1966/1998c, p. 873).

Isso foi 1966, mas facilmente poderia ser escrito ontem, pois nada mais atual que os autores ditos lacanianos, hoje em dia, insistindo em fazer o sujeito laciano encarnar em alguma coisa. É surpreendente como todo o texto se encaminha à direção oposta e, mais estritamente, aos psicanalistas, com um único objetivo e já posto de saída, de questioná-los quanto ao estatuto do sujeito e sua fundamentação. A esse questionamento, segue uma convocação: por nossa posição de sujeito, somos sempre responsáveis. Em francês: “De notre position de sujet, nous sommes toujours responsables” (LACAN, 1966, p. 858). Em francês “position” não significa o que os analistas supõem: fazermo-nos encarregados/responsáveis ou não por nossas questões, mas sim colocar (EIDELSZTEIN, 2015/2021). O que equivaleria a: "De nossa(o) colocação, conceito, postulação de sujeito, somos sempre responsáveis" (Eidelsztein, 2015/2021, p. 45). A convocação, então, era uma convocação teórica: como analistas, respondam por isso, saibam como postular o conceito de sujeito com o qual operam dentro da prática clínica, seja lá onde essa seja exercida.

Já trabalhei a tradução dessa citação e suas confusões no Capítulo 1, daí não ser necessário repetir tudo aqui mas apresentar algumas consequências, muito bem sublinhas pelo

autor argentino:

Em psicanálise, então, os temas mais conflituosos tratados em sua prática são considerados como tendo uma garantia última: ainda para os casos nos quais o inconsciente se manifesta de forma mais contundente, o psicanalista saberá que conta com um respaldo: há uma pessoa/indivíduo, o qual se designa sujeito que, embora dividido em “seu interior”, deve moralmente se implicar em tudo aquilo do qual padece ou goza, pensa, deseja ou atua e, especialmente, se queixa. Isto já configura um novo ideal social: não há que se vitimizar. Do original “conhece-te a ti mesmo”, chegou-se ao “implique-se”. (EIDELSZTEIN, 2015/2021, p. 44).

E mais:

(...) a incorporação aos fundamentos da psicanálise da “responsabilidade subjetiva” não é uma posição da psicanálise obtida de sua prática específica, nem das concepções de Lacan, senão de uma concessão do psicanalista à moral capitalista, na qual habita. (EIDELSZTEIN, 2015/2021, p. 44).

Não nos esqueçamos: “Que chamem a isso como quiserem, terrorismo.” (LACAN, 1966/1998c, p. 873). Terrorismo²¹ como uma maneira de estabelecer uma vontade através do uso contínuo do terror: o que é mais aterrorizante para os analistas do que a convocação intimidadora de que saibam como postular, rigorosamente, o conceito de sujeito tal como Lacan o concebe? Comportamento intolerante e ameaçador usado por quem defende uma ideologia em relação aos que não concordam com suas ideias: Lacan conseguiu o que idealizava ou apenas assombrou uma comunidade inteira com uma proposta que segue elidida? É lógico, o fato de ser Lacan a propor uma aterrorizante responsabilidade para os analistas e não para os analisados não indica que ele esteja certo. Afinal, apesar de estar advertido da moral de sua época, isso não significa que esteja ele isento de propor, também, uma convocação individualista. De um lado os pós-lacanianos individualizam a questão da responsabilidade do lado do analisado, do outro Lacan aterrorizando os analistas. Guardemos isso por enquanto.

O suposto terror já estava colocado ao longo do seu ensino. Usando uma ferramenta de busca digital, é possível identificar o uso da palavra “responsabilidade” 82 vezes ao longo da obra do autor francês: 29 vezes ao longo dos 16 seminários publicados em português pela Editora Zahar²², 30 vezes ao longo dos Escritos e 23 vezes pelos Outros Escritos, ambos também publicados pela mesma editora. Nessas ocasiões, as nuances e os

²¹ 1. Maneira de estabelecer uma vontade através do uso contínuo do terror. 2. Utilização organizada e metódica da violência com propósitos políticos, normalmente por meio de atentados, buscando desorganizar a sociedade vigente. 3. Comportamento intolerante e ameaçador usado por quem defende uma ideologia, em relação aos que não concordam com suas ideias, geralmente efetivado através da coerção ou da intimidação. Definição no site: <https://www.dicio.com.br/terrorismo/>

²² São 27 seminários ao todo, mas apenas 16 foram estabelecidos oficialmente por Jacques-Alain Miller, cujo acesso em português temos pela Editora Zahar. Aliás, acesso precário: muitos seminários tiveram páginas inteiras cortadas quando comparados com a edição em francês disponível no Starfela.

sentidos dados ao termo são várias: responsabilidade do analista (20); responsabilidade do sujeito criminoso enquanto pessoa (18); responsabilidade dele, do próprio Lacan (9); responsabilidade na crítica à psicanálise didática (8); responsabilidade da psicanálise (6); responsabilidade dentro de um texto filosófico (4); responsabilidade pelo que diz e pelo que se compreende do que Lacan diz, em referência às pessoas presentes nos seminários (4); responsabilidade dentro de algum texto literário (4); termo responsabilidade articulado a estrutura de um caso em específico (3); responsabilidade de Freud no fracasso de um tratamento (2); responsabilidade sexual (1); em outros contextos (1) e, por fim, o termo usado finalmente no sentido de uma responsabilidade subjetiva (1) em uma citação que não é de Lacan, mas de Miller, nas Notas do Seminário 23 sobre o Sinthoma.

Não seria a responsabilidade subjetiva uma noção milleriana? Estranho que os autores se reportem a Lacan para fundamentar essa proposta, mesmo ela sendo completamente insustentável e ausente ao longo da sua obra. Se colocarmos aquilo que Lacan fala sobre responsabilidade do analista, dele próprio enquanto autor, de Freud e da psicanálise, já teríamos aí cerca de metade desse número de ocorrências do termo. Numeração ínfima e irrisória caso fossemos comparar, por exemplo, com a quantidade de vezes que o termo “inconsciente” se repete no Seminário 11: 284 vezes em um único seminário. Seminário aqui que não escolho aleatoriamente, pois é o mesmo que o título carrega o nome de *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* e cujo conteúdo não marca nenhuma ocorrência do termo responsabilidade.

Assim, dentro das aparições do termo ao longo dos seminários, algumas se destacam, pois são momentos significativos em que o Lacan não só fala sobre uma responsabilidade para o analista, mas articula essa responsabilidade ao conceito de ética no Seminário 7 sobre A ética da psicanálise:

o que lhes ensinar, e como, sobre o assunto para o qual dirigimos nosso leme com o título da ética da psicanálise? Vocês estão sentindo bem que ele nos deve levar a um ponto problemático, não apenas da doutrina de Freud, mas do que se pode chamar de nossa responsabilidade de analista. (LACAN, 1959-1960/1988, p. 111).

Ou então no Seminário 10, sobre A angústia:

Inversamente, quando ocorre um acidente - não me refiro apenas ao *acting out*-, isso é imputado com muita regularidade à análise, tanto pelo paciente quanto pelo meio. É imputado à análise como que por natureza. Eles têm razão; trata-se de um *acting out*, logo, dirige-se ao Outro, e, quando se está em análise, dirige-se ao analista. Se ele ocupou esse lugar, pior para ele. Afinal, ele tem a responsabilidade que cabe ao lugar que concordou em ocupar. Essas questões talvez sirvam para lhes esclarecer o que quero dizer quando falo do desejo do analista, e quando levanto tal questão. (LACAN, 1962-1963/2005, p. 142, grifo do autor).

Ocasão em que fala sobre o acting-out, ou seja: momento propício para, caso fosse milleriano, responsabilizar o analisando subjetivamente, mas ao invés disso decide falar da responsabilidade que cabe ao analista pelo lugar que ele concordou em ocupar. Mais para frente, ainda nesse seminário, ao discutir sobre a contratransferência no mesmo estilo de comentário sobre outros textos, Lacan afirma que esta visa a participação do analista e nota como entre os autores “você vêm produzir-se nesses textos as mais extremas vacilações, desde cem por cento de responsabilidade até o mais completo tirar o corpo fora” (LACAN, 1962-1963/2005, p. 165). Passagem interessantíssima, pois é ela que nos fornece os caminhos finais da discussão aqui proposta.

Vamos arrematar: a responsabilidade subjetiva é uma proposta individualista de clínica psicanalítica, imputando aos analisandos a responsabilidade pelo seu inconsciente, seu gozo, seu sintoma e, em suma, tudo do qual padece e se queixa. A contramão dessa proposta seria pensar a responsabilidade como sendo não dos analisandos, mas dos analistas. Cientes de que essa contraproposta pode também se colocar de maneira individualista, o Borda Lacaniana nos fornece as pistas necessárias de serem demarcadas para que não nos alimentemos da mesma papinha capitalista. Vejamos:

é preciso alertar para alguns possíveis efeitos dessa aparente nova compreensão. O risco é justamente sairmos de uma posição que individualiza a responsabilidade do analisando para assumirmos uma posição que individualiza a responsabilidade do analista. Nesse cenário, o analista pode se ver tal como o neurótico: acossado por todo tipo de responsabilidade ele começa a encarar o seu ofício e todas os bônus e ônus dessa posição como algo que diz respeito à sua individualidade, seus esforços, suas conquistas e seus fracassos. (BORDA LACANIANA, 2021a).

Desde cem por cento de responsabilidade dos analistas até o mais completo tirar o corpo fora e deixar o barco ser dirigido pelos analisandos: a estrutura do individualismo se mantém e se repete. Para os analisandos, qualquer ideia de responsabilidade é contraproducente e antipolítica, justamente por desconsiderar a estrutura social em que vivemos e de como esta, em muitos momentos, é responsável por aquilo que ingenuamente tomamos como um “sintoma” que o analisando se queixa e não resolve porque não se implica com isso. Para os analistas, caso levemos em conta o acosso de Lacan, é preciso que esse movimento se dê da seguinte maneira:

Esse movimento de adotar a ideia da responsabilidade do analista deve necessariamente vir acompanhado de uma interpelação maior sobre nossa formação. Quer dizer, talvez só seja possível sustentar de forma interessante a responsabilidade do analista se conseguimos concatenar isso com a compreensão de que, em última instância, a nossa formação não deve se dar de maneira individual. É pela minha

formação implicar o outro – seja em supervisão, na análise pessoal, nos grupos de estudo ou em uma instituição – que eu posso sustentar a responsabilidade nos meus casos. (BORDA LACANIANA, 2021a).

Por fim:

Cabe reconhecer que estamos diante de um problema intimamente político. Que envolve a maneira como estabelecemos laços e criamos instituições. A forma que está aí, oferecida a todos nós, é uma máquina de produzir neurose. É preciso reconhecer seus limites e sua funcionalidade conservadora, sua gênese liberal e sua tendência a demitir-nos nas nossas responsabilidades coletivas. (BORDA LACANIANA, 2021a).

Além do Borda, existem outros trabalhos que são significativos para pensarmos esse modo de subjetivação característico da psicanálise lacaniana, tanto para analistas quanto para analisandos. Antonio (2020) apresenta uma revisão teórica na tentativa de problematizar a forma como a psicanálise lacaniana, enquanto teoria e prática terapêutica, produz e é produzida por lógicas significativas que têm como referência o sistema neoliberal como contexto privilegiado de atuação. Tal revisão parte da análise de dados recolhidos de uma etnografia (ANTONIO, 2015) realizada em instituições lacanianas de formação de psicanalistas que, segundo a autora, atestam que a psicanálise não só se mostra como reflexo do contexto social no qual se insere, mas também como espaço de elaboração de seus mecanismos de agenciamentos e processos de individuação presentes no modo de subjetivação inerente aos contextos neoliberais. A ideia de responsabilização e de responsabilidade como agenciamento de si e produção de um tipo específico de realidade para a clínica estaria, portanto, assentada no mais pobre solo do sistema neoliberal. Daí a necessidade de que, se Lacan se deu determinadas disciplinas ditas como fundamentais, que a nós seja possível nos darmos outras e que essas forneçam algo de mais fecundo: seria a política o terreno que falta aos psicanalistas?

5 CONCLUSÃO

Somos ou não somos responsáveis por nosso inconsciente? Se somos, em que sentido se pode falar de uma responsabilidade articulada ao inconsciente? Lancei essas duas perguntas como básicas no início desse trabalho. A primeira, posso responder que sim, somos responsáveis por nosso inconsciente: desde que esse inconsciente seja pensado *enquanto um conceito* concernente a uma prática específica, a do psicanalista. E não como comumente é tomado, o inconsciente pelo qual alguém deve se fazer responsável por suas questões, queixas, decisões, gozos, sintomas, supostos prazeres em violências. A segunda, se posso falar de uma responsabilidade articulada ao conceito de inconsciente, que não seja no sentido individualista, do analista sozinho e solitário aterrorizado com as responsabilidades do seu fazer.

Vimos que a responsabilidade subjetiva é uma proposta de Miller, amplamente difundida entre os lacanianos e retomada por Forbes e por todos os analistas de uma Clínica do Bisturi. Estes responsabilizam seus analisandos de maneira individualista, desconsiderando todas as incidências políticas que atravessam a clínica psicanalítica. Não é preciso que as coisas se coloquem nesses termos para que a mesma lógica esteja implícita: o problema é maior que os autores e diz de uma atuação na clínica que cede aos imperativos de um estágio cada vez mais feroz do capitalismo. Isso não significa que tiramos o corpo fora enquanto autores, temos nossa parcela de responsabilidade com o que fazemos. Entretanto, essa responsabilidade deve se colocar de maneira coletiva e, principalmente, deve ser atribuída às instituições de psicanálise. Afinal, são essas que formam psicanalistas: produzem modos de agir, condutas, práticas, como operar na clínica, o que fazer da teoria. Existe um problema que se coloca quando pensamos na temática da responsabilidade e para não cairmos em uma leitura individualista do problema devemos pensá-lo de maneira coletiva, o que implica necessariamente levar em conta o papel das instituições de psicanálise na reprodução de uma produção de subjetividade liberal para os analistas e, conseqüentemente, para analisandos.

No transcorrer da discussão, vimos que ao aplicar aos conceitos de sujeito e inconsciente uma topologia combinatória, uma geometria não-euclidiana e o argumento criacionista para a teoria como um todo, os faço surgirem na clínica apenas enquanto efeitos de uma leitura arbitrária e específica do analista enquanto exerce sua função. Arbitrária porque depende do analista que ele escolha o que da estrutura discursiva do que o analisando apresenta sessão após sessão, ele (o analista) vai elevar a categoria significativa. Específica pois depende de um suporte teórico muito particular. Caso eu me apoie em Lacan e faça uma

leitura atenta de seus seminários, escritos e das referências bibliográficas por ele indicadas, conceitos ditos fundamentais e as vezes tomado como dados essenciais de uma suposta realidade individual ou social só poderiam ser tomados enquanto efeitos. Gozo, sintoma, pulsão, masoquismo e todos os outros não seriam, então, dados inerentes de uma suposta realidade individual ou social.

Isso nos leva a concluir que, ao contrário do que se supõe, a responsabilidade subjetiva do sujeito pelo seu “próprio” inconsciente não seria um dado em si mesmo, marco de uma clínica contemporânea. Podemos dizer que essa é uma leitura dos pós-lacanianos, que em muitas ocasiões se referenciam ao Lacan recortando uma ou duas citações para produzir deformações como, por exemplo, uma Clínica do Bisturi. Dentro dessa proposta, é como se na superfície de um barco em alto mar, desbussolado e perdido, um analisando não soubesse muito bem que direção tomar e o analista sirva ali como um lastro, essa matéria pesada que se coloca no fundo de uma embarcação para dar-lhe o mínimo de equilíbrio. A questão é que no barco da psicanálise de orientação lacaniana de culto ao real, ao não sentido, o lastro não tem função de equilíbrio. Escondido no fundo da embarcação, atrás do divã, o analista diz: se jogue em alto mar sem boia sob o risco do afogamento. Assim, corajoso, destemido, herói, resistente e feroz é aquele que não se acovarda com a Clínica do Real, cujo corte é alçado ao nível do corte do bisturi.

Afinal, podemos dizer: não há uma responsabilidade subjetiva dentro da teoria lacaniana. Pois, pelo que vimos, de um lado temos os autores pós-lacanianos apoiados em Miller acoçando os analisandos, de outro temos Lacan acoçando os analistas: as mais extremas vacilações do fantasma da responsabilidade. Ora, para um lado ou para o outro, o que se produz? No mínimo, uma clínica mais neurotizante para os analisandos ou uma práxis paranóica para os analistas. Seja enredando os primeiros em um circuito sem fim em torno da busca incessante por respostas para o próprio sofrimento em si mesmos. Ou, no outro extremo, o analista individualmente e completamente responsável por tudo que postula e faz na clínica, algo semelhante a uma práxis paranóica e persecutória, supondo que qualquer falha no tratamento seja falha sua e de orientação teórica. Nada de fecundo, pois aqui se deixa de lado o que há de mais essencial e que só pude tatear de maneira breve: a importância da estrutura de nossa formação e de que essa se dê em comunidade e desatrelada de uma política liberal.

Estou advertido de muitas questões podem ter se colocado ao longo da leitura desse trabalho, por exemplo: se não se fala de uma responsabilidade subjetiva para os analisandos, isso significa que eles são irresponsáveis? Penso que a categoria de

responsabilidade aplicada aos analisandos enquanto conceito para operar na clínica nada tem a nos oferecer. Isso significa que entrar aqui no debate sobre os analisandos serem ou não irresponsáveis apenas nos renderia uma discussão que de saída só poderia nos direcionar rumo ao mais infecundo moralismo. Entrar no mérito de uma discussão sobre uma responsabilidade para os analisandos depois da leitura minuciosa de alguns textos me soa como uma concessão não só à uma moral mas aos princípios estruturantes de um sistema liberal que não necessita de clínicos para já produzir lá seus sofrimentos. A não ser que o termo “responsabilidade” seja importante de ser levado em conta na estrutura de um caso em particular. Nesse caso, tal termo é elevado à categoria significante e seu sentido e significação só pode se dar a partir da relação que estabelece com outro significante, isso tudo a partir da leitura arbitrária e específica de um analista.

Notamos também como esses conceitos não existem independentes uns dos outros, mas sim em relações constantes de dependência. A consequência é que propor uma responsabilidade subjetiva aos analisandos é incidir diretamente em como pensamos outros conceitos do sistema teórico como um todo. A resistência (do analista, em Lacan, ou do analisando, em Freud?); a pulsão (em Freud, como a fronteira entre o psíquico e o somático ou, em Lacan, como eco no corpo do fato de que há um dizer?); o discurso (do paciente, do analista ou do Outro?); o sofrimento e o mal-estar (inerente ao humano e ao laço social ou produzido de modo contingencial em alguns sujeitos a partir das relações que estabelecem com os outros, com o Outro e com as instituições?). Isso aqui é fundamental, visto que por todos os lados da psicanálise e dos autores contemporâneos afirma-se categoricamente que o sujeito deve se amigar do seu sintoma, saber fazer com o sintoma, se haver com seu gozo, suportar essa parcela de sofrimento inerente ao laço social. Um ímpeto constante de alimentar a clínica com a papinha do substancialismo e bater o martelo em cima de categorias conceituais individualistas e atreladas a uma lógica capitalista.

Exemplo de como isso soa tangente mas ao mesmo tempo está diretamente relacionado ao que trabalhei por aqui é, ao partir do conceito de resistência, por exemplo, Freud o coloca como resistência do analisando, ao passo que Lacan repisa repetidamente que a única resistência em análise é do analista. Ora, uma coisa é afirmar que o analisando resiste, isso significa que quando não se produz alguma movimentação em análise é porque ele está resistindo, e com essa resistência ele deve se haver para que o trabalho dê continuidade. Uma outra coisa é pensar a resistência enquanto resistência teórica do analista, que por não conseguir responder teoricamente por aquilo que sustenta sua prática, resiste no tratamento e o conduz ao fracasso.

Então só o analista é responsável por uma análise, estremando a questão na direção oposta? Essa via de leitura, de saída uma das mais propícias, ainda nos aponta determinados problemas. É a mais propícia pois nos convoca a pensar a responsabilidade para os analistas, responsabilidade propriamente teórica, do ponto de vista de saber como responder, colocar em causa, postular o conceito de sujeito – mas não só ele – com o qual opera a psicanálise. Aponta determinados problemas pois uma coisa é um analista individualmente e solitário se responsabilizar por isso, aqui ainda estamos na via do individual. Outra coisa é os analistas enquanto comunidade, enquanto coletivo, se responsabilizarem e construírem uma formação que esteja politicamente e rigorosamente comprometida com a clínica que sustentam. A consequência é que quando atendo um caso, não sou responsável por ele sozinho: dependo da teoria, de como ela é discutida entre os autores, seus consensos e diferenças em torno de conceitos ditos fundamentais, da supervisão com outro analista, das trocas e diálogos nos grupos de estudos e, por fim e mais essencial, dos modos de conduta dentro das instituições de formação que eu venha a ocupar. Por fim, destaco isso tudo apenas para ressaltar que as incidências políticas desse debate não podem ser tiradas do nosso horizonte. Questões ficarão em aberto. Que essas permaneçam sempre se renovando e dando seus frutos nas fissuras teóricas de textos que, ao contrário do que se pensa, não tem nada de sagrados, nem muito menos de obscuros.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, M. C. A. **A ética do desejo: estudo etnográfico da formação de psicanalistas em escolas lacanianas de psicanálise**. 297 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. 2015.
- ANTONIO, M. C. A. O processo de individuação psicanalítico como modo de subjetivação em contextos neoliberais. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 3, p. 695-711, 2020.
- ARRUDA, P. H. O. Por uma psicanálise inconsistente. **Borda lacaniana**, Rio de Janeiro, n.0, p. 4-15, janeiro de 2020. Disponível em: <https://bordalacanianana.com/wp-content/uploads/2020/01/Borda-N.0.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022..
- BORDA LACANIANA. **A Responsabilidade do analista não deve ser individualizante**. 2021a. Disponível em: <https://bordalacanianana.com/2021/08/18/o-problema-politico-da-responsabilizacao-em-psicanalise/>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- BORDA LACANIANA. **O problema político da responsabilização em psicanálise**. 2021a. Disponível em: <https://bordalacanianana.com/2021/08/18/o-problema-politico-da-responsabilizacao-em-psicanalise/>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- CAMPOS, E. B. V.; COELHO JR, N. E. Incidências da hermenêutica para a metodologia da pesquisa teórica em psicanálise. **Estudos de psicologia (Campinas)**, v. 27, n. 2, p. 247-257, 2010.
- CARMO, J. G. O inconsciente como coisa e o inconsciente como estrutura de linguagem: diferenças teórico-epistemológicas entre Freud e Lacan. **Borda lacaniana**, Rio de Janeiro, n.1, p. 79-89, abril de 2020. Disponível em: <https://bordalacanianana.com/wp-content/uploads/2020/04/Revista-Borda-N.1-1.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.
- COSTA, P. H. O. A formação além do espelho: por uma leitura não modesta. **Borda lacaniana**, Rio de Janeiro, n.0, p. 16-27, janeiro de 2020. Disponível em: <https://bordalacanianana.com/wp-content/uploads/2020/01/Borda-N.0.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.
- DUTRA, F. G. Sujeito e Responsabilidade. **El rey está desnudo**, v. 8, 2015. 27p.
- DUTRA, F. G. Uma nota sobre o sujeito. In: DUTRA, F. G.; ARAÚJO, K. C.; MEZZA, M. **Lacan a revolução negada**. Curitiba: CRV, 2021. 228 p.
- DUTRA, F. G.; ARAÚJO, K. C.; MEZZA, M. **Lacan a revolução negada**. Curitiba: CRV, 2021. 228 p.
- EIDELSZTEIN, A. A “responsabilidade subjetiva” em psicanálise. Tradução de Camila Quinteiro Kushnir. [Título original: La “responsabilidad subjetiva” en psicoanálisis. **El rey está desnudo: Revista para el psicoanálisis por venir**, n. 8, p. 1-15, 2015. Disponível em: <https://elreyestadesnudo.com.ar/wp-content/uploads/2015/09/La-responsabilidad-subjetiva.pdf>. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 33, n. 1, p. 41-46, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1/36050>. Acesso em: 01 mar. 2022.

EIDELSZTEIN, A. **A origem do sujeito em psicanálise**. 1ª. ed.; São Paulo: Toro Editora, 2020. 84p.

EIDELSZTEIN, A. **Modelos, esquemas e grafos no ensino de Lacan**. São Paulo: Toro Editora, 2018.

EIDELSZTEIN, A. **Otro Lacan**: estudio crítico sobre los fundamentos del psicoanálisis lacaniano. 2ª Ed. Buenos Aires: Letra Viva, 2017.

FORBES, J. **Inconsciente e responsabilidade**: psicanálise do século XXI. Barueri, São Paulo: Manole, 2012.

FORBES, J. **Psicanálise**: a clínica do real. Editora Manole, 2014. 385p.

GARCIA-ROZA, L. A. Pesquisa de tipo teórico. **Psicanálise e universidade**, v. 1, n. 1, p. 9-32, 1994.

GOLDENBERG, R. **Desler Lacan**. São Paulo: Instituto Langage, 2019. 336p.

KUSHNIR, C. Q. "Lacan é um autor difícil!": a propaganda de classe do inimigo como estratégia obscurantista. **Borda lacaniana**, Rio de Janeiro, n.0, p. 28-40, janeiro de 2020. Disponível em: <https://bordalacanianana.com/wp-content/uploads/2020/01/Borda-N.0.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem (1953). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1998a. p. 238-324.

LACAN, J. Intervenção sobre a transferência (1956). In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1998b. p. 214

LACAN, J. A ciência e a verdade (1966). In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1998c. p. 855-892.

LACAN, J. La science et la verité. In: **Écrits**. Paris: Seuil, 1966. p. 855-877. Disponível no site: <https://www.lacanterafreudiana.com.ar/2.4.1%20%20%20ESCRITOS%20LACAN%20FRAN CES.ED%20SEOUIL.SILICET.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2022.

LACAN, J. **Meu ensino** (1967). Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2006.

LACAN, J. **O Seminário, livro 1**: Os escritos técnicos de Freud (1953). Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2009.

LACAN, J. **O Seminário, livro 7**: A ética da psicanálise (1959-1960). Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1988.

LACAN, J. **O Seminário, livro 10**: A angústia (1962-1962). Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2005.

LACAN, J. **O Seminário, livro 11**: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2008.

LACAN, J. **O Seminário, livro 17**: O avesso da psicanálise (1969-1970). Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1991.

LACAN, J. **O Seminário, livro 23**: O sinthoma (1975-1976). Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2007.

LACAN, J. Talvez em Vincennes (1975). In: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2003.

LIBERA, A. **Arqueologia do sujeito**: nascimento do sujeito. São Paulo: Editora Fap–Unifesp, 2013. 528p.

LISE, L. Diferenças entre a análise lacaniana e as terapias: como reconhecer o analista lacaniano?. In: FORBES, J. **Psicanálise**: a clínica do real. Editora Manole, 2014. 385p.

MACEDO, E. **A clínica do real e seus bisturis**. Instituto da psicanálise lacaniana: 13/03/2014. Disponível em: <https://ipla.com.br/conteudos/trabalhos-cientificos/a-clinica-do-real-e-seus-bisturis/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

MEZAN, R. Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões. **Jornal de Psicanálise**, v. 39, n. 70, p. 227-241, 2006.

PIRES, L. C. S. Introdução ao sujeito do inconsciente. **Borda lacaniana**, Rio de Janeiro, n.1, p. 14-23, abril de 2020. Disponível em: <https://bordalacaniana.com/wp-content/uploads/2020/04/Revista-Borda-N.1-1.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022.

RIOLFI, C. Quando está indicado o divã: a análise lacaniana tem contraindicações?. In: FORBES, J. **Psicanálise**: a clínica do real. Editora Manole, 2014. 385p.

SILVA NETO, E. A. Orientação do real. **Revista aSEPHallus**, p. 36-49, 2014.

SOARES, J. W. S. O obscurantismo no real lacaniano. **Borda lacaniana**, Rio de Janeiro. n.0, p. 65-70, janeiro de 2020a. Disponível em: <https://bordalacaniana.com/wp-content/uploads/2020/01/Borda-N.0.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022.

SOARES, J. W. S. Qual geometria para a psicanálise?. **Borda lacaniana**, Rio de Janeiro, n.1, p. 3-13, abril de 2020b. Disponível em: <https://bordalacaniana.com/wp-content/uploads/2020/04/Revista-Borda-N.1-1.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2022.

TAVARES, L. A. T.; HASHIMOTO, F. A pesquisa teórica em psicanálise: das suas condições e possibilidades. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, p. 166-178, 2013.

VAZ DE MELO, A. C. O inconsciente não existe. **Borda lacaniana**, Rio de Janeiro, n.1, p. 3-13, abril de 2020. Disponível em: <https://bordalacaniana.com/wp-content/uploads/2020/04/Revista-Borda-N.1-1.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

VILLEY, M. Esboço histórico sobre o termo responsável (1977). **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 135-148, 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/35269/34063>. Acesso em: 23 jun. 2022.